

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Ato da Presidência:**ATO DO PRESIDENTE Nº 06/2001**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título III, Seção II, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII do Artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados Fernando Ribas Carli e Moysés Leônidas, na Sessão do dia 13 de agosto de 2001, com fundamento no § 2º do Artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná e no Artigo 35 do Regimento Interno, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, apure junto às instituições de ensino superior da Rede Pública Estadual, as irregularidades constantemente divulgadas na mídia, tais como mal versação de recursos, contratação de pessoal, nepotismo. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 10.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE SETEMBRO DE 2001
(segunda-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz

Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernando da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 037/01

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, órgãos de regime especial, previstos no art. 113, alínea "e", da Lei nº 8.485/87, em entidades do nível de execução programática da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

A medida consubstanciada pelo plano de lei em referência, decorre de estudos conjuntos formulados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Previdência e pela de Planejamento e Coordenação Geral, a mim encaminhados através do Protocolado sob nº 4.813.527-7/01, nos quais é destacado o argumento de que tal alteração estrutural condiz com novas técnicas de coordenação de serviços e atividades, ampliação dos controles de produtividade e economicidade e, principalmente, a simplificação de procedimentos administrativos dos servidores atingidos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e o Departamento de Transporte Oficial - DETO, órgãos de regime especial do nível de atuação descentralizada, em unidades administrativas do nível e execução programática da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação dos cargos de provimento em comissão, bem como proceder os ajustes administrativos e orçamentários que se fizerem necessários em decorrência do disposto nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 038/2001

Curitiba, 04 de setembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva remitir os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

O plano de lei ora proposto é oportuno e necessário tendo em vista que beneficia boa parcela de pequenos contribuintes do tributo e atende aos interesses do Estado,

porque os valores que seriam recolhidos, caso não remittidos, não cobririam os custos operacionais da cobrança, estando a medida, em plena conformidade com o disposto no artigo 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal, nº 101, de 04 de maio de 2000.

O cancelamento dos débitos, nos termos da medida proposta, importa remissão de 7.379 créditos tributários do ICMS, que correspondem a um montante de R\$87.416,60 (em anexo demonstrativo de custos).

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ICMS DÍVIDA ATIVA PROJETO REMISSÃO - 2001

O presente trabalho tem o objetivo de determinar o limite para concessão de remissão de créditos tributários, relativamente ao ICMS, inscritos em dívida ativa ou não, observando o inciso II do § 3º do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Observando o levantamento de custos, conforme quadro abaixo, desde a inscrição dos créditos em dívida ativa até o efetivo ajuizamento dos mesmos, chegamos à conclusão que é possível remitir todos os créditos, inscritos em dívida ativa ou não, cujo valor, acrescido de todos os acréscimos legais sejam iguais ou inferiores a R\$55,00.

DÍVIDA ATIVA CUSTOS OPERACIONAIS

Área	Descrição	Valor Unitário
SEFA/CRE	Manutenção de informação: R\$ 144,00/milheiro	0,14
	Inscrição de Dívida Ativa: R\$ 589,66/milheiro	0,58
	Emissão de certidão: R\$ 1.010,70/milheiro	1,01
	Cartas preliminares: R\$ 500,00/milheiro	0,50
	Correio - carta: R\$ 0,58/unidade	0,58
	Emissão de notificação: R\$ 685,21/milheiro	0,68
	Baixa de Dívida Ativa: R\$ 724,32/milheiro	0,72
	Correio - Notificação: R\$ 3,38/unidade	3,38
	Publicação - Diário Oficial: R\$ 5,50/cm linear (1 contribuinte - 2 linhas = 1cm)	11,00
	Custo SEFA	18,59
Procuradoria Geral do Estado	Custo PGE (SPI nº 4.452.059-1)	36,61
	Custo total por débito	55,20

Tal projeto torna-se oportuno, pois os valores a recolher inferiores a R\$55,00, não cobrem os custos operacionais da cobrança, estando a medida, portanto, em plena conformidade com o disposto no inciso II do § 3º do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Com esse projeto estaremos atingindo, somente a créditos inscritos até 31.07.2001, a remissão de 7.379 créditos tributários que totalizaram o montante de R\$ 87.416,60, já atualizados até 31.07.2001, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	1,00	220	161,41	0,73	220	161,41	0,73
1,01	2,00	643	1.005,23	1,56	863	1.166,64	1,35
2,01	3,00	885	2.230,44	2,52	1.748	3.397,08	1,94
3,01	4,00	712	2.487,76	3,49	2.460	5.884,84	2,39
4,01	5,00	593	2.651,50	4,47	3.053	8.536,34	2,80
5,01	6,00	494	2.710,40	5,49	3.547	11.246,74	3,17
6,01	7,00	355	2.297,45	6,47	3.902	13.544,19	3,47
7,01	8,00	307	2.299,06	7,49	4.209	15.843,25	3,76
8,01	9,00	273	2.319,20	8,50	4.482	18.162,45	4,05
9,01	10,00	231	2.183,64	9,45	4.713	20.346,09	4,32
10,01	11,00	167	1.750,19	10,48	4.880	22.096,28	4,53
11,01	12,00	161	1.852,21	11,50	5.041	23.948,49	4,75
12,01	13,00	106	1.326,58	12,51	5.147	25.275,07	4,91
13,01	14,00	122	1.648,07	13,51	5.269	26.923,14	5,11
14,01	15,00	107	1.549,21	14,48	5.376	28.472,35	5,30
15,01	16,00	124	1.923,33	15,51	5.500	30.395,68	5,53
16,01	17,00	117	1.932,75	16,52	5.617	32.328,43	5,76
17,01	18,00	98	1.708,94	17,44	5.715	34.037,37	5,96
18,01	19,00	106	1.961,29	18,50	5.821	35.998,66	6,18
19,01	20,00	101	1.974,92	19,55	5.922	37.973,58	6,41
20,01	21,00	86	1.762,51	20,49	6.008	39.736,09	6,61
21,01	22,00	63	1.353,38	21,48	6.071	41.089,47	6,77
22,01	23,00	70	1.574,35	22,49	6.141	42.663,82	6,95
23,01	24,00	77	1.807,15	23,47	6.218	44.470,97	7,15
24,01	25,00	71	1.741,01	24,52	6.289	46.211,98	7,35
25,01	26,00	63	1.602,03	25,43	6.352	47.814,01	7,53
26,01	27,00	50	1.325,97	26,52	6.402	49.139,98	7,68
27,01	28,00	61	1.678,74	27,52	6.463	50.818,72	7,86
28,01	29,00	59	1.677,89	28,44	6.522	52.496,61	8,05
29,01	30,00	47	1.387,04	29,51	6.569	53.883,65	8,20
30,01	31,00	40	1.220,09	30,50	6.609	55.103,74	8,34

31,01	32,00	48	1.511,92	31,50	6.657	56.615,66	8,50
32,01	33,00	41	1.333,84	32,53	6.698	57.949,50	8,65
33,01	34,00	45	1.508,07	33,51	6.743	59.457,57	8,82
34,01	35,00	44	1.520,15	34,55	6.787	60.977,72	8,98
35,01	36,00	21	744,02	35,43	6.808	61.721,74	9,07
36,01	37,00	28	1.020,04	36,43	6.836	62.741,78	9,18
37,01	38,00	39	1.460,68	37,45	6.875	64.202,46	9,34
38,01	39,00	35	1.348,15	38,52	6.910	65.550,61	9,49
39,01	40,00	37	1.459,64	39,45	6.947	67.010,25	9,65
40,01	41,00	34	1.379,61	40,58	6.981	68.389,86	9,80
41,01	42,00	28	1.165,59	41,63	7.009	69.555,45	9,92
42,01	43,00	32	1.359,24	42,48	7.041	70.914,69	10,07
43,01	44,00	24	1.044,64	43,53	7.065	71.959,33	10,19
44,01	45,00	36	1.602,88	44,52	7.101	73.562,21	10,36
45,01	46,00	28	1.269,38	45,34	7.129	74.831,59	10,50
46,01	47,00	38	1.768,19	46,53	7.167	76.599,78	10,69
47,01	48,00	22	1.046,32	47,56	7.189	77.646,10	10,80
48,01	49,00	30	1.456,20	48,54	7.219	79.102,30	10,96
49,01	50,00	29	1.435,67	49,51	7.248	80.537,97	11,11
50,01	51,00	24	1.211,62	50,48	7.272	81.749,59	11,24
51,01	52,00	29	1.496,19	51,59	7.301	83.245,78	11,40
52,01	53,00	26	1.362,80	52,42	7.327	84.608,58	11,55
53,01	54,00	27	1.445,77	53,55	7.354	86.054,35	11,70
54,01	55,00	25	1.362,25	54,49	7.379	87.416,60	11,85

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam remetidos os créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 31 de junho de 2001, cujos valores atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

§ 1º - Fica autorizada a Coordenação da Receita do Estado a cancelar os créditos tributários remetido na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 1475/01, da Sra. Eliane Fernandes da Silva - diretora do FNMA, comunicando convênio entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no valor de R\$281.860,00 (duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta reais), para execução do Projeto "Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais". **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6773/2001, da Sra. Carmem Lúcia Miranda Silveira - Coordenadora Geral de Convênios/

CGCON, comunicando convênio que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando implementação do Sistema de Vigilância em Saúde. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6771/2001, da Sra. Carmem Lúcia Miranda Silveira - Coordenadora Geral de Convênios/CGCON, comunicando convênio que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, visando implementação do Sistema de Vigilância em Saúde. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 210/2001, do Sr. Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ademir Bier, que pede esclarecimentos sobre "Arrecadação do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços do Paraná". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 683/2001, do Sr. Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre "cobrança de tarifa urbana dos consultores de Vila Formosa". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 644/2001, do Sr. Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Renato Gaúcho, que pede esclarecimentos sobre "proliferação de algas na barragem do Rio Uraí". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 169/2001, da Sra. Mirian de Fátima Zanelle Wellner - diretora geral da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre "situação funcional do professor Alfredo Luiz Teixeira Soares Braga, lotado na Escola de Música e Belas Artes do Paraná". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1152/2001, do Sr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "servidores ocupantes do cargo de médico, daquela secretaria". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1285, do Sr. Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria de Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Fernandes Litro, que pede esclarecimentos sobre a "concessão ou não, por empréstimo temporário, durante a campanha eleitoral". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1341/2001, do Sr. Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Fernandes Litro, que pede esclarecimentos sobre a "situação do ex-policial militar José Clair Soares Colares". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1512, do Sr. Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Eli Ghel- lere, que pede esclarecimentos sobre "custos de operação de transparência dos detentos da penitenciária central para outros presídios". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, e deputados que comporão as Comissões Parlamentares de Inquérito, conforme abaixo:

CPI da Poluição do Rio Iguaçu - Luiz Carlos Martins

CPI do Fórum de Curitiba - Antonio Carlos Belinati

CPI do MST - Edno Guimarães

CPI das Ferrovias - Geraldo Cartário

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PSL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção ao solicitado a esta Bancada, indico a seguir os deputados do PSDB que comporão as próximas Comissões Parlamentares de Inquérito a serem instaladas nesta Casa:

América Latina Logística (ALL): José Maria Ferreira

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): Sérgio Spada

Obras do Fórum de Curitiba: Neivo Beraldin

Poluição no Rio Iguaçu: Renato Gaúcho

Na oportunidade, renovo a V. Exa, os meus elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

Líder da Bancada PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente dirijo-me a V. Exa., para indicar os nomes dos deputados de nosso Partido para formarem as

Comissões de Inquérito, conforme determinação dessa Presidência e conforme segue:

CPI da América Latina Logística - ALL

Titular	Suplente
Duílio Genari	Ribas Carli

CPI do Fórum de Curitiba

Titular	Suplente
Ribas Carli	Duílio Genari

CPI do Movimento dos Sem Terra - MST

Titular	Suplente
Duílio Genari	Ribas Carli

CPI do Rio Iguaçu

Titular	Suplente
Ribas Carli	Duílio Genari

Certos de estarmos cumprindo com o solicitado, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) TONY GARCIA
Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O líder da Bancada do PMDB, no uso de suas prerrogativas, vem por intermédio do presente, indicar os membros que farão parte da Comissão Especial de Investigação que irá apurar irregularidades junto a administração das Instituições de Ensino Superior no Estado do Paraná..

Titular	Suplente
Nereu Moura	Edson Strapasson

Sendo o que se apresenta, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos a V. Exa. os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA
Líder da Bancada do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente instrumento, venho solicitar de V. Exa., seja procedida a substituição dos nomes indicados por esta Liderança para a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Rio Iguaçu conforme segue:

Titular	Suplente
Tony Garcia	Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveito para reiterar protestos de elevada consideração. Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) TONY GARCIA
Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa., fazer a indicação do nome do deputado Nelson Tureck, integrante da bancada do Partido da Frente Liberal-PFL, com objetivo de compor a CEI - Comissão Especial de Investigação para apurar irregularidade na administração das Instituições de Ensino Superior nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

Pareceres:

**PARECER Nº 21/2001
DA PROCURADORIA GERAL DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Em cumprimento ao respeitável despacho do Exmo. Sr. Presidente deputado Hermas Brandão, recebemos no dia 06 do mês em curso, para emitir parecer sobre o contido nas informações que lhe foram prestadas pela Diretoria Legislativa deste Poder, com referência ao projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, apresentado na Sessão Plenária do dia 14 de agosto do corrente ano - sobre o que temos a honra de nos pronunciar, a seguir:

1 - Com a propositura do supra mencionado projeto de lei o autor objetiva a proibição em todo território do Estado do Paraná, a venda ou concessão de geração de energia elétrica.

2 - Para análise da proposição em comento, atentamos à necessidade de fixar parâmetro ao exame da matéria em consonância com as disposições do Regimento Interno desta Casa de Leis, especialmente no que con-

cerne sobre o assento previsto no Título IV, do Regimento Interno, que consigna as normas da elaboração legislativa e no seu Capítulo I, do Título, a definição concreta das proposições em geral, através dos artigos 118 a 121 e a tramitação dos projetos legislativos na Seção I, do mesmo Título, através dos artigos 122 a 127, dos quais destacamos *in verbis*:

“Art. 118 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

Art. 119 -...

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

3 - Dentro dos ditames destes princípios orientadores de toda a elaboração legislativa, a despeito da sua discutida natureza política, devem obrigatoriamente ser observados todos os procedimentos regimentais, desde da propositura até a final decisão.

4 - No cotejo das normas regimentais acima elencadas, como projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, há pelo menos três razões que impedem o seu prosseguimento. Cada um deles é razão bastante, isoladamente, para obstar de plano o seu andamento. São elas:

I - Conexão por similitude com projetos de lei, resolução, anteriores, rejeitados, arquivados, mesmo apresentando redações diferentes porém com os mesmos objetivos, a saber:

- a) Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Braz Palma, rejeitado pelo Plenário, em 14.08.2001;
- b) Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, rejeitado pelo Plenário, desta Casa no dia 20.08.2001;
- c) Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que foi arquivado em 20.08.2001, por decisão do presidente desta Casa.

II - Inconstitucionalidade, pois a concessão de geração de energia elétrica é matéria da competência exclusiva da União, nos termos do Art. 21, XII, “b” e 22, IV da Constituição Federal.

III - A renovação de projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, a exemplo dos projetos de lei

anteriores, arquivados ou rejeitados, objetiva na realidade impedir a venda da Copel autorizada que foi pela Lei nº 12.355/98.

Tendo em vista as razões levantadas contrárias ao projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, opinamos smj. pelo indiscutível arquivamento, através de ato do senhor presidente, com fulcro no parágrafo 2º do artigo 118, e no artigo 127, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Salientando-se ainda, que independentemente da decisão proferida quer pelo arquivamento ou pela aprovação do projeto de decreto legislativo, sobre o qual nos manifestamos, o supremo Tribunal Federal ao julgar matéria similar relativa à tramitação de projetos da Câmara Federal com base ao princípio da Independência dos Poderes, decidiu “Mandado de Segurança 20.471. Processo Legislativo no Congresso Nacional. *Interna corporis*. Matéria relativa à interpretação pelo presidente do Congresso Nacional, de normas de Regimento Legislativo é imune à crítica judiciária, circunscrevendo-se no domínio *Interna corporis*”. (**Diário da Justiça da União de 22.02.85, Relator Ministro Francisco Rezek**)

No mesmo sentido foram julgados: Mandado de Segurança nº 22.494, julgamento de 19.12.96 (DJU de 27.07.97) e Mandado de Segurança nº 22.503, julgamento de 08.05.96 (DJU de 06.06.97).

Portanto, a exemplo das decisões transcritas, por reiteradas vezes, quanto à tramitação de projeto em Casas Legislativas tem a suprema corte, historicamente, decidido tratar-se de matéria *interna corporis* cuja decisão, no seio dos Parlamentos, são definitivas, e, como tais, insuscetíveis de modificação, inclusive pelo judiciário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

PARECER Nº 22/2001
DA PROCURADORIA GERAL DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em cumprimento ao respeitável despacho do Exmo. Sr. Presidente deputado Hermas Brandão, recebemos no dia 06 do mês em curso, para emitir parecer sobre o contido nas informações que lhe foram prestadas pela Diretoria Legislativa deste Poder, com referência ao projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros senhores deputados, apresentado na Sessão Plenária do dia 03 de setembro do corrente ano - sobre o que temos a honra de nos pronunciar, a seguir:

1 - Com a propositura do supra mencionado projeto de decreto legislativo, os autores objetivam convocar plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir sobre a venda pelo Governo do Estado do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

2 - A Lei Federal nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto dos inci-

sos I, II e III do art. 14, da Constituição Federal, dispõe em seu capítulo I, que a soberania popular é exercida por sufrágio universal, na forma de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

3 - O parágrafo 2º do artigo 1º, dispõe que “referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição”.

4 - A proposição apresentada convoca a população paranaense para a realização de plebiscito, que de acordo com a referida lei, em seu parágrafo 1º do artigo 1º, é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

5 - Saliente-se que a questão Copel, está vinculada à Lei aprovada, sancionada e publicada, nº 12.355/98, que autoriza o Poder Executivo a alienar as ações da Copel, e também promover a reestruturação societária da Empresa.

6 - Portanto, o princípio da anterioridade da norma vigente, à luz da boa hermenêutica, nos conduz ao entendimento de que a população deveria manifestar-se referendando ou não, a autorização concedida ao Poder Executivo.

7 - A proposição em epígrafe, visa convocar plebiscito, desconsiderando integralmente os mandamentos da norma anterior, pois a consulta plebiscitária, na forma direta apregoada, não se aplica no fato em questão, cumprindo-nos salientar que, o que deveria ser proposto, seria a uma consulta popular no sentido de obter-se referendo ou não, a autorização dada na Lei nº 12.355/98, e não na forma em que se encontra, visando plebiscito para consultar sobre a venda das ações da Copel.

8 - De forma clara, esta Procuradoria, manifesta-se opinando ao senhor presidente, que devem ser distintas as duas situações fáticas, para melhor entendimento e compreensão por parte dos demais nobres da Casa.

1) - Está se propondo a convocação de plebiscito para decidir sobre a venda das ações da Copel.

- Quando:

2) - Dever-se-ia objetivar legislativamente a busca de referendo ou não aos preceitos, contidos na Lei nº 12.355/98 que autorizou a venda de ações da Copel.

- Ocorreu um insanável vício de forma na iniciativa da Proposição de Decreto Legislativo em questão.

- Em sendo assim, com base no Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 9.709/98, e no artigo 127, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tendo em vista a existência no Projeto de Resolução nº 06/00, versando sobre a mesma matéria, também de autoria do deputado José Maria Ferreira, arquivado a pedido do autor, opinamos pelo arquivamento da proposição.

É o parecer salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 10.09.2001

a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral

DIRETORIA LEGISLATIVA

Em referência ao projeto de decreto legislativo, apresentado na Sessão Plenária do dia 03 de setembro, de autoria do deputado José Maria Ferreira, e outros deputados, que tem por objetivo a realização de plebiscito para que o eleitorado do Estado do Paraná opine sobre a privatização da Copel, decidindo se o Estado pode ou não vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia, temos a informar:

- Da existência do Projeto de Resolução nº 06/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira e que o projeto foi arquivado em 13.08.2001, por requerimento do autor.

Diretoria Legislativa, em 05.09.2001.

(a) SEVERO OLIMPIO SOTO MAIOR

Diretor Legislativo

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 394/2001, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo à Criança Carente, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2850

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 185/2001, que altera o objetivo do plano de aplicação da Lei 13.030/2000 que destinou recursos para o município de Morretes, face a exigüidade de tempo, por tratar-se de emenda ao Orçamento de 2000.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2864

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar

pelo falecimento de Ivan Luiz Tavares, ocorrido, domingo, 09 de setembro em Pato Branco-PR.

Requer, ainda, que deste requerimento se dê ciência ao vereador Eroides da Costa Tavares (Bie), pai do extinto, na Câmara de Vereadores do município de Chopinzinho-PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Ivan Luiz Tavares, foi vítima de um grave acidente automobilístico ocorrido na semana passada, e não resistindo aos ferimentos veio a falecer ontem, domingo, em clínica hospitalar de Pato Branco, onde se encontrava internado, deixando transtornados seus pais e familiares, além de grande número de amigos.

Filho do vereador Eroides da Costa Tavares, popularmente conhecido como BIE, Ivan era casado com Maria Tavares, possuindo uma filha menor. Diretor da 86ª CIRETRAN de Chopinzinho, com apenas 30 anos de idade, foi prematuramente arrebatado de sua família por um trágico acidente.

Por este requerimento manifestamos nossa inteira solidariedade e as nossas condolências à família enlutada, na certeza que Deus lhes dará a força necessária para superar o impacto dessa perda.

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao senhor Reni dos Santos, sito à Rua D. Pedro II s/nº pelo falecimento precoce do jovem Alex Vieira, do município de Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Alex Vieira deixou consternada toda a população de Catanduvas.

Deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de profundo pesar à senhora Vera Maranhão Bernardo, pelo falecimento do seu esposo Dr. Caetano Bernardo Filho, residente em Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Guaraniaçu. Pessoa que teve atuação destacada em todos os setores da vida comunitária daquele município, chegando a ocupar o honroso cargo de vice-prefeito. Porém, o amigo, companheiro, Dr. Caetano, como era carinhosamente chamado por todos, deixou uma marca profunda que dificilmente será esquecida em Guaraniaçu. O seu falecimento abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado que os seus amigos e principalmente familiares haverão de dar sequência.

Pessoa de fácil relacionamento, era benquisto pela grande maioria da população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Bom pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família. Amigo leal e sincero, por mais que as circunstâncias fossem adversas, mantinha as amizades com muito fervor. Enfim, é preciso realçar a participação honrada que em todos os movimentos e lutas da comunidade, sempre com parcimônia e inteligência o Dr. Caetano, estava presente, dando a sua valiosa contribuição.

Seria impossível relacionar as atividades das quais ele participou com peculiar vibração e entusiasmo. Todavia, é necessário destacar a sua decisiva contribuição para que Guaraniaçu tivesse a sua primeira e única emissora de rádio levada ao ar. Foi sócio fundador da super RG, empresa da qual sempre se orgulhou e cuidava como se fosse um membro da sua família. Era um apaixonado por rádio, principalmente pela prestigiosa Rádio Guaraniaçu. Ouvia toda a programação, orientava, dava palpite e quando precisava ia para o estúdio para comentar ou entrevistar alguém.

Eu, particularmente, tenho grande admiração e respeito pelo amigo Caetano Bernardo Filho, pois ele foi um dos meus incentivadores a entrar na vida pública. Não só me animou, como também me abriu espaços, permitindo que eu tivesse um programa diário na Rádio Guaraniaçu, em horário nobre, por durante quase dez anos, sem custo algum. Vale lembrar que esse apoio foi imperioso para que eu tivesse sucesso nas empreitadas que viria a enfrentar. Guardo pois, com muito carinho um sentimento de gratidão, respeito e amizade, por tudo o que o falecido fez por mim.

Esta Assembléia Legislativa que é a Casa do Povo do Paraná não pode deixar de reconhecer e prestar uma homenagem derradeira a uma pessoa que foi especial que deixou uma marca positiva, que contribuiu com a humanidade, enfim que foi um desbravador, corajoso e que muita contribuição deu ao interior do Paraná, mais precisamente ao município de Guaraniaçu.

Por isso, solicito o apoio dos meus nobres pares, para aprovar esta solicitação com votos de profundo pesar à viúva, extensivamente a todos os familiares, pelo falecimento do Dr. Caetano Bernardo Filho.

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à senhora Eloá Gessi e família, do município de São João, pelo doloroso falecimento do senhor Júlio Diamantino Gessi, ocorrido no último dia 05 de setembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Júlio Diamantino Gessi, deixou consternada a população de São João. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Júlio Diamantino soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que neste momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Cavalli, pelo falecimento do senhor Octávio Cavalli, ocorrido no dia 22 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da Sra. Eva Maria Cavalli, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Antônio Prado, 78 - Prado - Caixa Postal 92 - Colombo - Paraná - CEP 83.411-310.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2847

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Kepel, pelo falecimento do senhor Pedro Kepel, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da Sra. Eva Maria Cavalli, através de correspondência a ser encaminhada à Estrada da Ribeira, 530 - Imbuial - CEP 83.411-000 - Colombo - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2848

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Santos, pelo falecimento do senhor Hilton Santos, ocorrido no dia 03 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da Sra. Santina Biora Santos, através de correspondência a ser encaminhada A/C Sra. Santina e vereadora Silmara de Fátima Santos Bassetti, à Rua Lauro de Carvalho Osório, 675 - Bocaiúva do Sul - PR - CEP 83.450-000.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2856

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Maria Bastos Carraro, falecida nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, com 83 anos, em data de ontem, a Sra. Maria Bastos Carraro.

Possuidora de um forte espírito altruísta, a Sra. Maria Bastos Carraro foi uma das primeiras voluntárias do Pequeno Cotelengo - instituição que atende crianças abandonadas e portadoras de deficiências físicas e mentais desta Capital.

A Sra. Maria Carraro Bastos era também madrinha das Vocações Sacerdotais do Centro Filosófico D. Pedro II - Congregação D. Orione, casa pela qual trabalhou grande parte da sua vida, pois acreditada que o caminho em Cristo era a salvação dos males do mundo.

Pessoa boníssima, estendeu seu prazer em trabalhar voluntariamente pela humanidade aos seus e junto com sua família ajudou muito na construção da Igreja de Santa Quitéria, bairro no qual foi uma das primeiras moradoras e que viu crescer e se desenvolver.

As palavras de agradecimento pelo seu incansável trabalho não cessam nunca, pois ela, além de todas as obras ainda era voluntária da Creche Menino Jesus, onde auxiliava no cuidado das crianças de tenra idade com sua farta experiência e imensa sabedoria, além de um coração sem tamanho e sem limites para trabalhar e se dedicar pelo próximo.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2859

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Leone Pedro Arlant, ocorrido às 17 horas do dia 08 de setembro do ano em curso, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O desenlace do cidadão Leone Pedro Arlant entristece a todos os que tiveram a ventura de privar do seu convívio, destacando-se os seus entes queridos, a esposa Walkyria Lacerda Arlant, filhos e netos.

O desaparecimento do industrial Leone Pedro Arlant enluta os funcionários, clientes e fornecedores da Serralheria Maringá, já há meio século atuando na Cidade Industrial de Curitiba.

É justo que esta Casa, cuja estrutura metálica foi toda assentada pela empresa de Leone Pedro Arlant, registre essa homenagem ao catarinense de Caçador que elegeu Curitiba a sua Terra Prometida.

Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada por intermédio da senhora Walkyria Lacerda Arlant, residente à Rua Dicézar Playsant, 14 - CEP 82.520-360 - Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Mamborê, pelas comemorações alusivas aos 41 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de setembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Mamborê, na pessoa de seu prefeito, Sr. Armando Alves de Souza (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000 - Mamborê - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores, por seu presidente, Sr. Dornelles Adão Cavalli (Rua Guadalajara, 645 - CEP 87340-000 - Mamborê - PR).

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2797

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, pela passagem do Dia do Médico Veterinário a ser comemorado no dia 09 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, Paulo Moreira Borba, com cópia para o Dr. Braz de Freitas Fernandes, presidente da Academia Paranaense de Medicina Veterinária, Dr. Paulo Alfredo Miranda, presidente da Sociedade Paranaense de Medi-

cina Veterinária e Dr. Francisco Perez Júnior, presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356 - Jardim Botânico - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2798

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Conselho Regional de Administração, pela passagem do Dia do Administrador a ser comemorado no dia 09 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Gilberto Serpa Briebler, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Dulcídio, 1365 - Água Verde - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2811

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Clevelândia, em nome do prefeito municipal Sr. Vanderlei Valério, e à Associação Amigos do Parque Portal do Sudoeste, parabenizando pela brilhante organização da XXIII EAPI - Exposição Agropecuária e Industrial de Clevelândia, realizada no período de 04 a 09 de setembro de 2001, no Parque de Exposições Portal do Sudoeste.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência à Prefeitura Municipal de Clevelândia, à Associação Amigos do Parque do Sudoeste, no endereço: Praça Getúlio Vargas, 71 CEP 85.530-000 - Clevelândia - PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizada no período de 04 a 09 de setembro, no Parque do Sudoeste, município de Clevelândia a XXIII EAPI - Exposição Agropecuária e Industrial de Clevelândia que contou com diversas atrações, atividades agropecuárias, palestras e exposições tais como: V Expo Charolês do Sudoeste, VIII Festa do Charolês no Roletê, II Encontro de Bovinocultores de Leite, I Mostra da Bezerra e Novilha Leiteira, Shows Artísticos - Tertúlia, Shows Gampeiros (CTG) e Exposição da Indústria e Comércio.

Organizada pela prefeitura municipal de Clevelândia e pela, Associação Amigos do Parque Portal do Sudoeste, a XXIII EAPI teve como objetivo principal divulgar e incentivar o comércio local, as atividades agropecuá-

rias, e industriais, e indústrias do município. A Exposição contou com a promoção e apoio de diversas entidades: Prefeitura Municipal, Associação Amigos do Parque, Soberano, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Colégio Agrícola Estadual Assis Brasil, SICRED/Clevelândia, SEBRAE/PR, CAMISC, SES-COOP, CLEVELEITE, SEAB/EMATER/PR, LACTO, CAPEG, e Banco do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 2829

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido douto Plenário, envio de congratulações ao prefeito Laci Deonísio Giehl, ao presidente da Câmara Municipal, Sr. Edmar Filipin, ao presidente da Câmara Júnior, Sr. Leandro Weizmann, ao presidente da Associação Comercial, Sr. Neison Rippel e aos coordenadores gerais, Srs. Ivanir Cottete, Desio Vilibaldo Roden e José Schneider, pela excelente organização da I Expomil, realizada nos dias 06, 08 e 09 de setembro, no município de Missal.

Trata-se de importante evento que movimentou toda a região Oeste e contribuiu para o desenvolvimento econômico do município e região.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Quatro Pontes, alusivos a comemoração do 9º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 13 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito, Sr. Silvestre Kuhn e ao presidente da Câmara Sr. Salésio Langer, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Gaspar Martins, 560, CEP: 85969-000, município de Quatro Pontes - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2845

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao diretor presidente da Fermax Indústria de Componentes para Esquadrias Ltda, Sr. Carlos Knopka e funcionários por ocasião da passagem do 27º aniversário de fundação da referida empresa, estabelecida no município de Colombo-PR.

Registre-se que a Fermax é reconhecidamente líder em solução e criatividade para as indústrias de alumínio e

madeira, instalada no Município de Colombo, numa área de 11.000 m (onze mil metros quadrados), merecendo votos de louvor pelas atividades desenvolvidas em prol daquela região.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor presidente Sr. Carlos Konopka, através de correspondência a ser encaminhada à Rodovia da Uva, Km 5,4 nº 5.400 - Roça Grande - Caixa Postal 180 - CEP 83402-000 - Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2854

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Biblioteca Pública de Londrina, pela comemoração de seus 50 anos.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Biblioteca Pública de Londrina, completou 50 anos. Sua idéia surgiu em agosto de 1951, quando o chefe de gabinete do então prefeito Hugo Cabral, foi encarregado de ordenar 3 mil livros que estavam abandonados na prefeitura.

Apesar de ter sido criada por um decreto desde 1940, somente no dia 04 de setembro de 1951, foi inaugurada, naquela época na Rua Santa Catarina.

A Sra. Maria Gonzales Vicente que foi diretora da biblioteca entre 1958 a 1967, deu impulsividade à entidade.

Promoveu exposições, salões de fotografia, organizou a semana do livro, melhorando o acervo. Criou também a orquestra mirim e seu substituto João Diogo, organizou a mudança da sede para a Rua Mato Grosso. Naquela época a Biblioteca possuía 8.615 livros. Até a década de 70, funcionou nesse endereço, quando foi transferida para a Casa da Criança na Praça Primeiro de Maio (atual Secretaria da Cultura).

Em 1972, João Diogo implementou a “Biblioteca Ambulante”, dois ônibus adaptados adquiridos para funcionar como biblioteca circulante que ficaram conhecidos como “Mônica e Cebolinha”.

Nos anos 80, a Biblioteca sofria com a falta de espaço. O jornalista Estélio Feldmann iniciou uma campanha no jornal Folha de Londrina, para que as instalações do antigo Forum (na Av. Rio de Janeiro), se tornassem a nova biblioteca, o que se concretizou em 1984, passando a ser denominada Biblioteca Pública Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza. A Casa anexa foi transformada em Biblioteca Infantil e a sala do tribunal de Júri se transformou em Teatro Zaqueu de Melo.

O endereço atual, era o antigo local onde os ingleses da antiga Companhia de Terras Norte do Paraná jogavam tênis na década de 40.

Nestes 50 anos muita coisa mudou. Atualmente a Biblioteca Pública de Londrina é uma referência Estadual e Nacional. A Sala Londrina, um dos seus departamentos é dedicada aos livros e à imprensa londrinense e reúne a história de Londrina, desde a sua colonização. Esta sala, nesta comemoração de 50 anos, está recebendo merecidamente a denominação de Sala João Milanez, que foi a pessoa que mais colocou leitores na cidade de Londrina e acompanhou todas as fases da Biblioteca Pública de Londrina.

Pela comemoração dos gloriosos 50 anos de sua fundação, receba a Biblioteca Pública de Londrina (através de sua diretora Célia Regina Zambaldi Gléria - Rua Rio de Janeiro, 413 -- Centro - 86010-150 - Londrina/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2855

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Filarmônica Antoninense, pela comemoração de seus 26 anos.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 30 de agosto a Filarmônica Antoninense completou seus 26 anos de existência.

A orquestra, que é composta inteiramente por jovens e crianças desde a sua fundação em 1973, vem trabalhando na formação profissional dos músicos que a compõem, sendo recordista de títulos como Banda Musical (23 estaduais e 3 nacionais) e possuindo mais de 1000 apresentações públicas já realizadas.

Referência em todo o Estado do Paraná é composta de 23 jovens músicos todos estudantes da Filarmônica e que têm em sua formação saxofones, clarinetes, trompetes, trombones, trompas, tuba, bateria e percussão e surpreende não só pelo seu talento e musicalidade, mas também pelo estilo leve e descontraído a começar pelo seu jovem regente.

O repertório eclético inclui arranjos especiais, de temas consagrados de autores brasileiros além de música latina, entre outros diversos ritmos.

Pela Filarmônica já passaram ao longo destes 26 anos, cerca de 4000 alunos e destes cerca de 300 são profissionais atuantes e destacados na música de todo o País, possui atualmente 13 professores, específicos para cada instrumento musical, bem como para ensino da teoria da música.

Na comemoração de seus 26 anos, a Filarmônica Antoninense está lançando a Filarmônica Banda Show como um excelente repertório, como não poderia deixar de ser, já que a Filarmônica busca constantemente no aperfeiçoamento geral de seus alunos e de seu trabalho.

Pela comemoração de seus gloriosos 26 anos, receba a Filarmônica Antoninense e todos os seus integrantes (através de seu diretor geral - Sr. Roberto Cristiano Plassman e seu vice-presidente: José Carlos Couto) - Rua Dr. Bruno 119 - Antonina/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2861

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o duto Plenário, votos de congratulações e louvores ao prefeito de Nova Fátima, padre José Delanhol pela brilhante festa realizada no seu município por ocasião da inauguração da vila rural transformada numa grande festa, reunindo o secretário de Comunicação, Rafael Greca de Macedo, prefeitos de cidades vizinhas, vereadores, lideranças e milhares de pessoas da região.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2834

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção nas atas dos trabalhos, votos de aplausos à Fehospar- Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná, pela comemoração de 10 anos de sua existência.

A Fehospar completa seu décimo ano de fundação, em 30 de agosto, e tem muito a comemorar, a começar pela consolidação de um novo modelo empresarial entre os estabelecimentos de saúde, onde são prioridades a eficiência administrativo-financeira e a qualidade dos serviços além de ter proporcionado conjuntamente com seus sindicatos, muitas outras conquistas na área da saúde na esfera da União, Estados e Municípios. A projeção e a credibilidade da Fehospar, nos credenciam a asseverar os votos de aplausos desta Casa de Leis.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Av. Augusto Stresser, 600 Alto da Glória - CEP 80030-340 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o chefe da Casa Civil, Sr. Alcení Guerra, e o diretor-presidente da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, Sr. Rafael Dely, solicitando as seguintes informações sobre o Programa das Vilas Rurais.:

1) quantas casa foram concluídas até o presente momento, e quantas estão em processo de construção? Pede-se para discriminar por município;

2) o projeto total envolve a construção de quantas casas, e em quais municípios? Pede-se para especificar número de casa por município;

3) qual o custo por unidade construída?

4) Quantas casas estão ocupadas do total construído?

5) Qual o índice de inadimplência dos beneficiários do referido Programa?

O referido pedido se justifica pela necessidade de obter melhores informações sobre o Programa das Vilas Rurais, e como a construção das casa é de competência da Cohapar, solicitamos que esta empresa nos envie tais informações.

Ademais atento à função principal do Parlamento que é a fiscalização sobre a correta aplicação dos recursos e demais atos do Poder Executivo, o presente requerimento objetiva que se coloque à disposição dos parlamentares desta Casa, tais informações para análise e apreciação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2804

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER que seja convocado o secretário de Estado da Indústria e Comércio, Sr. Eduardo Francisco Sciarra para comparecer ao Plenário desta Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre o fechamento da unidade industrial da Crysler do Brasil no Estado e sobre o protocolo assinado entre o Governo do Estado do Paraná e aquela empresa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Irineu Colombo, Algaci Tulio, Waldyr Pugliesi, Serafina Carrilho, Orando Pessuti, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2805

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Sr. Orlando Francisco Sciarra, pedido de envio do protocolo assinado entre o Governo do Estado do Paraná e a Crysler o Brasil, para instalação de uma unidade industrial no Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Nereu Moura, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Orlando Pessuti e Ângelo Vanhoni.

REQUERIMENTO Nº 2843

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, notadamente com base no artigo 54, incisos XXVII e XXXIII da Constituição Estadual, e artigos 97 e seguintes do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem *mui* respeitosamente expor e REQUERER o que segue:

a) O Governo do Estado do Paraná, representado pelo Secretário de Estado da Fazenda e Presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, e representantes do consórcio que realizou a modelagem da Copel, estiveram na tarde do dia 05 de setembro do corrente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com o fim de protocolar o edital de privatização da empresa, contendo seu valor inicial de venda;

b) informações constantes de noticiário dão conta que a avaliação realizada estima o patrimônio da Copel em R\$10.587 bilhões (dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões de reais);

c) o montante pertencente ao Governo do Estado e ao BNDES - Par totaliza 45,06% do capital total da empresa, sendo 85% do capital volante. Esse montante representa, portanto, R\$4,324 bilhões (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões de reais);

d) especialistas e estudos indicam que o valor mínimo da companhia possivelmente se encontre subavaliado, e deveria estar estimado entre 20 e 25 bilhões de reais.

Desta forma, em homenagem aos basilares princípios da legalidade e da publicidade, bem como ao fato de que em nenhum momento foi dada ciência à Assembléia Legislativa sobre a referida avaliação, nem sobre os critérios adotados para a sua realização, requer a convocação do Presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübner, bem como representantes do consórcio de empresas *advisers* que procederam a avaliação da companhia, para prestarem informações sobre a Companhia Paranaense de Energia - Copel, bem como sobre sua avaliação, na data de 13 de setembro de 2001, à hora da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa garantir o princípio da legalidade e publicidade, inerente aos atos administrativos, bem como o dever constitucional da Assembléia Legislativa em fiscalizar os atos do Poder Executivo, que devem ser transparentes. Posto que em nenhuma oportu-

nidade o Governo do Estado do Paraná deu ciência a esta Assembléia Legislativa sobre a avaliação desta que é a maior empresa estatal paranaense, a presente convocação abre espaço ao Governo para que faça, no foro competente que é a Assembléia, a prestação de contas sobre o que se pretende alienar.

REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário da Casa Civil, Sr. Guerra, e ao presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre o Tratamento do Esgoto coletado pelo Programa Paranasan, especificamente, as seguintes questões:

1) O Paranasan tem algum projeto de tratamento do esgoto coletado através da rede de esgoto que está sendo construída por este Programa?

2) Em caso positivo pede-se o detalhamento do programa, informando qual a data de início, discriminando o cronograma de construção e implementação, bem como as regiões beneficiadas pelo tratamento do esgoto e o detalhamento técnico do tratamento.

3) Nos contratos firmados com os organismos internacionais financiadores do Paranasan, há alguma cláusula referente ao tratamento do esgoto coletado?

4) Caso afirmativa a supracitada questão, pede-se informar o seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pelo fato de que o Programa de Saneamento pela Sanepar, tem se restringido até o momento, em apenas instalar tubulação para a coleta do esgoto, lançando os dejetos no curso d'água mais próximo sem qualquer tratamento, o que acaba por agravar a poluição dos cursos d'água.

Dessa forma, as informações solicitadas expressam a preocupação em saber se tais esgotos coletados serão tratados, e, quando, onde e como, pois o problema é sério, e não se pode esperar mais um acidente como o da Represa do Iraí, ou o problema do Karst, onde sabidamente não foram tomados os devidos cuidados no momento oportuno, e agora a população toda sofre as consequências da negligência da Sanepar.

REQUERIMENTO Nº 2800

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário da Casa Civil, Sr. Alcení Guerra, e ao presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre quais medidas estão sendo adotadas pela Sanepar para evitar que o chorume da Lamenha Pequena atinja o reservatório do Passaúna.

O referido pedido se justifica pelo fato de que em função de problemas de bombeamento, o da Lamenha Pequena, está descendo no curso d'água e deverá atingir o reservatório do Passaúna, o que certamente causará danos imensuráveis ao meio ambiente e ao abastecimento.

Dessa forma, é urgente que medidas urgentes sejam tomadas pela Sanepar, no sentido de solucionar imediatamente o problema, para que não ocorra mais um desastre ambiental.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2801

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário da Casa Civil, Sr. Alcení Guerra, e ao presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre o processo de Emissão de Nota Promissória, aprovado na 79ª Assembléia Extraordinária, realizada em data 14.05.2001, no valor de R\$75 milhões, pela Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar.

Questione-se:

1 - Qual a justificativa técnica para a Emissão destas Notas Promissórias?

2 - Qual a destinação destes recursos? Onde e quando serão aplicados?

3 - Qual o limite do deságio, em relação ao valor nominal, autorizado pela Diretoria?

4 - Quais os custos financeiros, e seu montante, com a contratação de serviços para dar efetividade a esta operação?

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A emissão de nota promissória pela Sanepar, no valor nominal de R\$75 milhões foi autorizado pela 79ª Assembléia Extraordinária, realizada no dia 14 de maio de 2001, conforme ata publicada no jornal Gazeta do Povo, na data de 05 de junho de 2001.

Serão emitidas 75 notas promissórias, com valor unitário de 1,0 milhão de reais, totalizando R\$75 milhões. O prazo de resgate destas notas promissórias será de até 360 dias e a remuneração do comprador será realizada através de deságio, a ser oferecido sobre o valor nominal de cada título.

A presente solicitação tem por finalidade trazer a esta Casa informações sobre a real necessidade destes recursos pela Companhia, sua destinação, qual o limite do deságio autorizado pela diretoria, e quais os custos com a efetivação desta operação, tendo em vista que, a empresa auferiu um lucro líquido de R\$136,4 milhões no ano passado e possui uma carteira de empréstimos e financiamentos de, aproximadamente, R\$70 milhões/ano,

conforme Demonstrações Contábeis publicadas anualmente.

REQUERIMENTO Nº 2802

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário da Casa Civil, Sr. Alcení Guerra, e ao presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre a participação do grupo francês Vivendi na direção da Sanepar, especificamente, as seguintes questões:

1) O grupo francês Vivendi, detêm cerca de 11% (onze por cento) das ações da Sanepar: como se explica que ante uma participação acionária modesta, o referido grupo ocupe tantos cargos na Direção da Sanepar?

2) Qual o processo, método e critérios para preenchimento dos cargos de direção da citada Empresa?

O referido pedido se justifica pelo fato de que a Sanepar é uma empresa pública, na qual o Estado detêm 60% (sessenta por cento) de suas ações, e desta forma, a direção da empresa deveria estar toda ela preenchida por pessoas de suas indicação e confiança, coisa que não está acontecendo no caso, e que inspira preocupação, especialmente por se tratar de grupo estrangeiro, que certamente não coloca em primeiro plano o interesse público do Estado na gestão da Companhia.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2803

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando imediatas providências no sentido de se instalar uma lombada eletrônica ou uma passarela na BR-277, encontro com rua Antonio Kaminski, Bairro Órleans, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, abaixo-assinado de cidadãos moradores próximos à BR-277, encontro com a Rua Antonio Kaminski (próximo ao clube 21 de Abril) Bairro Órleans, nesta Capital, que encontram-se revoltados, pois perderam entes queridos e amigos, violentamente atropelados naquela local.

O trecho citado, de altíssimo tráfego de veículos, possui também trânsito de pedestres, pois naquela região existem residências, além de comércio muito movimentada.

A população do local já se mobilizou em protesto, interrompendo o tráfego por algumas horas durante a semana anterior, após mais um episódio fatal que ceifou mais uma vida naquela rodovia.

Fatos desta natureza tem se tornado uma constante, já que a estrada é saída para o Norte do Estado; por ali trafega um enorme número de caminhões e outros veículos em alta velocidade, contrastando com pedestres que fazem a travessia da rodovia, quer seja para pegar ônibus em direção ao centro da cidade, quer para se deslocar para o comércio, atravessando inclusive crianças que vão em direção às escolas diariamente.

A população está pedindo socorro. Por ser local de elevada velocidade, solicitamos a instalação de uma lombada eletrônica - o que ocasionaria a diminuição da velocidade dos veículos que estariam sob pena de infração com velocidade superior acima da estipulada, ou mesmo de uma passarela - o que faria com que os pedestres atravessassem a BR com mais segurança.

REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. José Tavares - DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, com cópia para o Exmo. Sr. Alcení Guerra, DD. chefe da Casa Civil, solicitando instalação de uma guarnição do Corpo de Bombeiros, inclusive com uma unidade do SIATE no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia em anexo, do Ofício nº 010/2001-AP, do vereador Ademir Picâncio por ser serviço extremamente essencial à comunidade de Piraquara e municípios vizinhos.

No primeiro semestre do corrente ano ocorreram 17 incêndios no referido municípios, ocasionando graves danos que poderiam ser evitados se não dependessem do atendimento do Corpo de Bombeiros de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2816

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Jaime Lerner, DD Governador do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que viabilize, com a máxima urgência, a realização de concurso público para professor efetivo no Departamento de Comunicação/Curso de Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo da UEPG.

Requer, ainda, que deste requerimento se dê ciência à professora Ivana Chemin Branco, chefe do Setor de Ciência Sociais Aplicadas-Departamento de Comunicação; e ao professor Marcelo Engel Bronosky, coordenador do Setor de Ciências Aplicadas-Curso de Jornalismo,

ambos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Praça Santos Andrade s/nº 84010-790 em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Importante destacar que o Departamento de Comunicação de UEPG possui hoje um dos menores números de professores efetivos de todos os cursos da Universidade.

Mesmo com a contratação de professores colaboradores, que em muito auxiliam nas atividades de ensino, o reduzido número de professores efetivos inviabilizam o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e demais atividades que poderiam resultar em parcerias com entidades sociais e comunitárias na cidade e região.

Atualmente, o curso de Jornalismo da UEPG possui apenas 9 (nove) professores efetivos admitidos por concurso. Desse número, 6 (seis) estão em atividade, uma em licença sem vencimentos e dois liberados para cursar doutorados. Apenas 3 professores estão em regime TIDE (tempo integral e dedicação exclusiva), sendo que destes, uma professora desenvolve suas atividades na UEPG e dois estão de licença.

Diferente do que acontece em outras instituições do ensino superior do Estado (como é o caso das universidades de Londrina, Maringá e Cascavel), que realizaram concursos para alguns setores em 2000 e 2001, a administração da UEPG - com base na Portaria 049/99 - tem apontado a contratação temporária de professores como solução (paliativa) ao problema do curso de Jornalismo, bem como de outros departamentos que, em menor grau, também registram dificuldades similares.

O curso de Jornalismo está sendo formalmente obrigado a suspender os poucos projetos de pesquisa e extensão ainda existentes, em função da ausência de professores efetivos (como determina a legislação) para elaborar orientar e coordenar tais iniciativas. Obviamente, tais dificuldades implicam diretamente na qualidade do ensino do curso e, conseqüentemente, prejudicam a própria instituição pública e seu papel na formação profissional do Estado do Paraná.

Como se sabe, o ensino superior público no Paraná constitui-se, cada vez mais, em importante referência para os mais diversos setores sociais, bem como em importante reconhecimento técnico-científico junto ao meio acadêmico nacional.

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Oscarlino Barbosa, com votos de congratulações pelos brilhantes trabalhos prestados no município de Santana do Itararé.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Oscarlino Barbosa foi o primeiro agricultor a se estabelecer no município de Santana do Itararé e lá iniciar as atividades agrícolas, enfrentando todas as dificuldades próprias do setor. Nem mesmo a falta de incentivos por parte do governo, foram capazes de roubar do senhor Oscarlino, o sonho de dias melhores. Os resultados positivos obtidos por ele, foram importantes para atrair àquela municipalidade, outras famílias que deram novo impulso à agricultura.

Desde modo, não é leviano afirmar que foi o senhor Oscarlino Barbosa que deu os primeiros passos do setor agrícola em Santana do Itararé, razão pela qual podemos considerar como o mentor da agropecuária local, cuja cultura é o meio de sobrevivência de inúmeras pessoas santanenses que depositam na terra as sementes de um futuro mais promissor.

Desde modo, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa rende a esse ilustre cidadão, esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Benedito Bibiano Bento, com votos de congratulações pelos brilhantes trabalhos prestados no município de Santana do Itararé.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A história do Município de Santana do Itararé, deve muito ao senhor Benedito Bibiano Bento, que percorreu, carreador por carreador, o então distrito, na busca de coletar assinaturas na ata que pleiteava a emancipação política daquele pretendo município de Santana do Itararé. O senhor Benedito, não só conseguiu os subscritores necessários como também organizou a parte burocrática que estabelecida os quesitos obrigatórios.

Após a instalação oficial do município, que data de 22 de outubro de 1961, o ilustre cidadão mencionado foi o primeiro funcionário efetivo da Prefeitura Municipal e presenciou de perto os quase quarenta anos de existência daquela cidade.

A destacada atuação deste aurífero senhor, é reconhecida pela população santanense e em nome dela lhe rendemos esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2822

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Osvaldo Michetti, residente no município de Santana do Itararé, com votos

de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Osvaldo Michetti, é o fundador da Igreja Presbiteriana inaugurada no município de Santana do Itararé há mais de trinta anos.

Ao longo deste período, o presbítero ajudou a evangelizar o povo, esparramando paz e concórdia, adquirindo com isto a simpatia e admiração da população.

Trata-se de alguém que não mede esforços para construir uma sociedade mais justa e humana, alicerçada nos princípios cristãos que devem nortear a humanidade.

A voluntariedade do pretenso homenageado é um exemplo a ser seguido e a presente homenagem proposta visa incentivá-lo nesta brilhante caminhada, merecedora do nosso reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 2823

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a senhora Rosimeri Lobo Teixeira, residente no município de Santana do Itararé, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados na área da educação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Santana do Itararé deve à professora Rosimeri Lobo Teixeira, os fundamentos da educação, em cuja área reside o pilar e alicerce para a construção de grandes sociedades.

Falar da professora Rosimeri é recordar dos tempos de chão batido e das longínquas escolas interioranas que dificultavam sobremaneira a vida de alunos e do corpo docente. A aguerrida profissional desde cedo aprendeu que educação é prioridade e por ela o setor foi tratado com tal.

Pelas razões expostas, lúdica é esta homenagem a quem, com maestria, soube cumprir a difícil missão que é a alfabetização.

REQUERIMENTO Nº 2824

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Paulo Aparecido Isac, residente no município de Santana do Itararé, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Paulo Aparecido Isac, possui uma vida de dedicação às causas sociais. ex-vereador no municí-

pio, teve atuação destacada no exercício do mandato. Foi o fundador do Asilo São Vicente de Paula, entidade que continua abrigando anciões e anciãs que lá são tratados com dignidade.

Trata-se na realidade de um notável cidadão que sacrifica os interesses próprios em benefício da sociedade, razão pela qual se faz merecedor da homenagem ora apresentada.

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Kasuiohi Kurita, residente no município de Santana do Itararé, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Kasuiohi Kurita é o pioneiro da colônia japonesa no município de Santana do Itararé, cuja população trabalhou eficazmente para o fortalecimento da agricultura local.

A família Kurita, ao longo dos anos, superou as agruras e dificuldades próprias do setor e fincou estacas no município estabelecendo-se na agropecuária e desta forma atraindo a vinda de outras famílias japonesas que lá estão a semear progresso na expectativa de colher dias melhores.

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Roque Petronílio de Oliveira, residente no município de Santana do Itararé, com votos de congratulações pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Roque Petronílio de Oliveira, é melhor da Igreja Congregação Cristã do Brasil, e tem ajudado na evangelização da população, pregando paz e concórdia, tornando-se um instrumento útil para a formação de uma sociedade fraterna, alicerçada nos princípios cristãos que devem nortear a humanidade.

REQUERIMENTO Nº 2835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. José Tavares, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e Coronel Gilberto Foltran, comandante geral da Polícia Militar.

Moradores da região relatam a situação grave que está ocorrendo e solicitam providências.

Além disto, constantemente, temos tido conhecimento através da imprensa, sobre o aumento da violência naquela região.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento à Alfreda Novak, residente e domiciliada à Rua Francisco Galarda, 1089, localidade de Tomás Coelho - CEP 83706-540 - Araucária - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Toledo a partir do distrito de Dez de Maio, passando por Margarida até a sede do Município de Pato Bragado.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma rodovia de extrema importância para a definitiva integração daquela rica região do Oeste, cujo leito da estrada existe há mais de 50 anos, tendo servido como corredor de exportação da madeira e erva-mate, através do porto Britânia.

Temos absoluta convicção de que o Estado será o mais beneficiado com a rodovia asfaltada, pois além de resgatar compromissos proporcionará a retomada do tempo em favor da população que tem no dia-a-dia a força do trabalho no campo, produzindo e gerando riquezas.

REQUERIMENTO Nº 2838

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando que o Aeroporto Luiz Dalcanale de Toledo integre o Plano Aeroportuário do Estado do Paraná.

O aeroporto de Toledo é o sétimo de maior movimento do Paraná, com vôos diários para São Paulo e Curitiba. Segundo dados da própria Secretaria dos Transportes, realizaram-se 4.242 pousos e decolagens no período de julho de 1999 a junho de 2000.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2839

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma rodovia, que liga Toledo ao trevo de acesso a Capitão Leônidas Marques, município de Santa Tereza do Oeste.

Trata-se de uma obra de relevante importância para a região Oeste, pois atenderá um enorme fluxo de caminhões e veículos que diariamente trafegam em direção ao Sul do País, Foz do Iguaçu, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUILIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2837

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da rodovia ligando São Pedro do Iguaçu a Santa Tereza do Oeste.

Trata-se de uma reivindicação apresentada por nós e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER em 30 de agosto de 1999 informou da elaboração do respectivo projeto.

Pela importância que a rodovia representa para a economia daquela região, solicitamos prioridade para a execução das obras.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2851

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Nelson Justus, Secretário e Estado dos Transportes, solicitando a construção da rodovia Jotase/Palmitópolis/Cafelândia.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A contribuição nos campos econômico, político e social daquela região é de grande relevância, não se justificando ficar excluídas da integração do Estado que resulta em significativos prejuízos, cuja importância tem de ser reconhecida, estimulada e valorizada pelos poderes constituídos.

(a) DUILIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Nelson Justus, Secretário e Estado dos Transportes, solicitando a pavi-

mentação asfáltica do trecho Toledo/São Luiz do Oeste/Cafelândia.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A contribuição nos campos econômico, político e social daquela região é de grande relevância, não se justificando ficar excluídas da integração do Estado que resulta em significativos prejuízos, cuja importância tem de ser reconhecida, estimulada e valorizada pelos poderes constituídos.

REQUERIMENTO Nº 2841

Senhor Presidente:

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia, Ramiro Wahrhaftig, solicitando a autorização de abertura de concurso público para professor efetivo no Departamento de Comunicação/Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme solicitação em anexo.

O curso de Jornalismo está hoje sendo formalmente obrigado a suspender os poucos projetos de pesquisa e extensão ainda existentes em função da ausência de professores efetivos para elaborar, orientar e coordenar tais iniciativas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Roberto Frederico Mehry, à professora Irvana Chemin Branco, chefe do Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Comunicação e ao professor Marcelo Engel Bronosky, Coordenador do Setor de Ciências Aplicadas - Curso de Jornalismo, na Praça Santos Andrade s/nº - Ponta Grossa - PR - 84.010-790.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, atendendo a solicitação do presidente da Segunda Loja Filhos de Hiran - Loja Maçonica de Assaí, que está profundamente preocupado com o intenso tráfego de veículos na rodovia PR-090, principalmente no trecho entre Jataizinho à Santa Cecília do Pavão, vem requerer a sinalização e limpeza da referida rodovia a fim de se evitar possíveis tragédias.

Sala das Sessões, em 0.09.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2844

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. José Tavares, Secretário de Estado da Segurança Pública, atendendo ao ofício nº 2517/2001, do MM Juiz de Direito de Capanema, Dr. Márcio Geron, solicitando a implantação de uma Brigada de Combate a Incêndios, com pelo menos um carro de bombeiros, para atender a população dos municípios de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste e Bela Vista da Caroba, onde vivem mais de 44 mil habitantes, constituída por policiais militares (locais) que por certo não se furtarão de colaborar com essa importante missão.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 2857

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, solicitando providências no sentido de executar obras de acesso à empresas que estão localizadas às margens da Rodovia BR-277.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2865

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fulcro no artigo 121 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, respeitosamente REQUER, a juntada de todos os projetos até o momento, apresentados que tratam da obrigatoriedade da aplicação de 70% do valor total obtido com a venda das ações do Estado na Copel, no Fundo de Previdência.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que existem diversos projetos no mesmo sentido a fim de facilitar e agilizar a análise dos mesmos, é conveniente a anexação de todos, o que certamente contará com a anuência de seus respectivos autores.

REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com base no artigo 135 do Regimento Interno, o envio de pedido de informações à Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, no sentido de prestar os seguintes esclarecimentos:

a. Qual a situação da Escola Estadual Oscar Joseph, no município de Pinhais, em relação ao Conselho Escolar e à Associação de Pais e Mestres? Está ocorrendo a prestação de contas junto à comunidade? Enviar cópia das Atas das reuniões.

b. Estão sendo realizadas reuniões de discussão para a utilização da verba do fundo rotativo? Enviar cópia das Atas das reuniões.

c. Em relação aos registros na Delegacia de Polícia referentes a roubos que estariam existindo na escola, qual a situação da investigação?

d. O Núcleo Regional de Educação - Área Norte recebeu várias denúncias em relação à direção da escola e às irregularidades que estão ocorrendo. Quais medidas foram tomadas?

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário e com base no artigo 135 do Regimento Interno, o envio de pedido de informações ao Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de prestar os seguintes esclarecimentos:

a. A Polícia Militar tem utilizado o Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas (PROERD) na prevenção do uso de drogas, ações de vandalismo e formação de gangues entre jovens nas escolas?

b. Qual o custo deste Programa por aluno?

c. Que cidades no Estado estão aplicando o PROERD? Quantas escolas? Quantos alunos atendidos pelo programa?

d. Quantos policiais estão aptos para a aplicação do PROERD nas escolas da rede pública de ensino?

e. Quantos policiais concluíram o curso de formação de instrutores e quantos concluíram o curso de formação de mentores do PROERD?

Sala das Sessões, 10.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações à Secretaria de Estado dos Transportes, sobre as Planilhas de Custos do Transporte Intermunicipal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2806

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que seja transcrito nos anais

desta Assembléia Legislativa do artigo “Rede de Lojas doa 1% de suas vendas à Pastoral da criança”, publicado na Gazeta Mercantil de 05 de setembro de 2.001, em anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 411/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná, o Dia do Sindicalista, que será comemorado no dia 30 de abril de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O movimento sindicalista no Brasil, em especial no Paraná, vem crescendo ordenadamente e em proporções equivalentes ao desenvolvimento agroindustrial do Estado, e sua importância nas relações entre o capital e o trabalho são inegáveis.

A busca dos mais legítimos interesses das categorias que representam, bem como o aprimoramento da atividade sindical, conferem ao sindicalista, grande responsabilidade perante nossa sociedade, pois voltadas ao fortalecimento, união e defesa das classes, quer econômicas ou de trabalhadores.

A designação da data de 30 de abril para comemoração do Dia do Sindicalista, antecede às comemorações do Dia do Trabalho comemorado em primeiro de maio, e objetiva homenagear aqueles que se dedicam as causas sindicais e a defesa dos direitos e interesses de seus representados.

PROJETO DE LEI Nº 412/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os deficientes visuais acompanhados por cães-guia especialmente treinados para esse fim têm direito ao acesso e permanência em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, seja ele pago ou gratuito.

§ 1º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se locais abertos ao público ou utilizados pelo público:

I - os de uso comum do povo e os de uso especial;

II - os edifícios de órgãos públicos em geral;
III - hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;

IV - lojas de qualquer gênero, restaurante, bares, confeitarias ou locais semelhantes;

V - cinemas, teatros, estádios, ginásios ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;

VI - supermercados, shopping centers ou qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;

VII - estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;

VIII - clubes sociais abertos ao público;

IX - salões de cabeleireiros, barbearias ou estabelecimentos similares;

X - entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como áreas comuns de condomínios;

XI - meios de transporte público ou concedidos;

XII - estabelecimentos religiosos de qualquer natureza.

§ 2º - Em locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso ou permanência do cão-guia

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se cão-guia o animal que tenha recebido treinamento e obtido certificado de escola filiada e aceita pela Federação Internacional de Escolas de Cães Guias para Cegos e que esteja a serviço de pessoas portadora de deficiência visual ou em treinamento.

Parágrafo Único - O deficiente visual que estiver acompanhado do cão-guia deve portar documento que comprove que o animal recebeu ou está recebendo treinamento, nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 3º - O estabelecimento que impedir o acesso ou permanência do deficiente visual que estiver acompanhando do cão-guia é passível das seguintes penalidades:

I - multa de R\$200,00 (duzentos reais) a R\$2.000,00 (dois mil reais);

II - suspensão do Alvará de Funcionamento em caso de reincidência;

III - cassação definitiva do Alvará de Funcionamento em caso de mais de uma reincidência.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como objetivo de regulamentar a nível estadual a utilização de cães-guia, permitindo aos portadores de deficiência visual a possibilidade de se fazerem acompanhar por animais treinados que lhes garantem mais autonomia, liberdade e uma vida com menos privações.

Atualmente, em muitos estabelecimentos a entrada e permanência de cães-guia são vedadas, numa demonstração clara de preconceito e ignorância. As alegações de que os animais perturbam o ambiente ou fazem sujeira são as mais ouvidas pelos cegos que se vêem impedidos de gozar o sagrado direito de ir e vir, garantido constitucionalmente.

Os cães-guias são ótimos instrumentos de integração social dos cegos, vez que possibilitam a locomoção do portador de deficiência em lugares abertos ao público, sem os transtornos decorrente da falta de visão.

Durante o treinamento a que são submetidos passam por exercícios de socialização e convivência com humanos, pelo período de aproximadamente um ano. Já o treinamento específico para acompanhamento do deficiente consome mais sete meses.

Esta formação, aliada à escolha correta da raça do animal, garante um guia dócil e equilibrado, com facilidade de adaptação a novas situações e transmitindo ao cego confiança e tranquilidade.

É preciso que tenhamos em mente que o cão-guia não oferece transtorno algum à sociedade. Os animais são treinados para acompanhar os deficientes 24 horas por dia, sendo o primeiro, os olhos do segundo.

PROJETO DE LEI Nº 413/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a ceder por tempo indeterminado à Associação de Pais e Amigos de Surdos de Foz do Iguaçu (Apasfi), o imóvel onde a escola funciona atualmente, no município de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata esse projeto está inscrito no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, à fl. 142, do livro nº 3, de 07 de outubro de 1952, lavrado sob nº 2.780, com os seguintes dados: área de 2.400 metros quadrados, dos lotes urbanos 2 e 4, quadra 15, Zona B, que confrontam ao norte com o restante dos mesmos lotes, pertencentes a Tarquínio Joslin Santos; a leste com parte do lote 6, pertencente aos herdeiros de Mathias Petrs; ao sul com a Rua Belarmino de Mendonça e ao oeste, com a Rua Marechal Floriano Peixoto, existindo uma casa de madeira, com paredes duplas, pintada a óleo interna e externamente, com 12 peças e outras benfeitorias.

Art. 2º - O presente imóvel continuará sendo utilizado exclusivamente pela Apasfi para funcionamento da escola, sob pena de esta cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, o imóvel e as benfeitorias já existentes e as que por ventura venham a ser edificadas, reverterão ao patrimônio

do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata este projeto é de propriedade do Governo do Estado desde 19 de agosto de 1952 e encontra-se cedido em regime de comodato para a Apasfi, entidade mantenedora da escola para Surdos de Foz, sendo que parte da construção foi executada pela Fundepar com a finalidade de abrigar a escola para portadores de deficiência auditiva.

Ocorre que a capacidade do prédio já foi superada em função da demanda - o número de alunos triplicou desde a fundação da escola - comprometendo a qualidade dos programas ofertados. Como única escola do gênero na cidade, a Apasfi atende ainda crianças de cidades vizinhas e do Paraguai.

A intenção da Apasfi é ampliar a unidade, investimento que só será possível com a cessão do imóvel pelo Governo do Estado, vez que depende da aprovação dos projetos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Diante da justificativa acima, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 414/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos - CFMG, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos - CFMG, que ora encaminho para que seja declarado de Utilidade Pública Estadual, foi criado com a finalidade de colaborar com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade profissional e sua subordinação aos interesses nacionais.

A referida instituição é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial educacional e cultural, com sede e foro na cidade de Guaíra, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 330 do Livro A-2, do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Guaíra, e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.166.256/0001-24, estando em pleno funcionamento em cumprimento às finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, conforme relatório de atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 415/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Coral Kerix, com sede e foro no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Coral Kerix, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede e foro na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, registrada sob nº 998 do Livro A-4, do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Rio Negro e cadastrada no CNPJ sob o nº 03.780.662/0001-10, estando em pleno funcionamento em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas entre entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, conforme relatório de atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, propondo que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 416/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e à hospedagem que utilizem fonte sonora ou qualquer sistema de ampliação de som, ficam obrigados a dispor de tratamento acústico que evite a passagem do som para o exterior.

§ 1º Não se aplicam às entidades religiosas os dispositivos desta lei.

§ 2º - Os atuais estabelecimentos que se enquadrem no disposto desta lei, terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias, para se adaptarem às exigências.

Art. 2º - A inobservância ao disposto nesta lei, acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

a) Multa de até 50.000 (cinquenta mil) UFIR's.

b) Interdição do estabelecimento, até sua completa regularização acústica.

Art. 3º - Caberá à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, regulamentar a presente lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, e em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, fiscalizar o cumprimento da mesma.

§ 1º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através de instrumentos de medição, auferirá a intensidade do som emitido pelos estabelecimentos a serem fiscalizados.

§ 2º - Fica estabelecido o limite máximo de tolerância em 80 (oitenta) decibéis.

§ 3º - Os aparelhos de medição deverão estar a uma distância de 02 (dois) metros do limite de terreno a ser aferido.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto que ora apresento, tem como objetivo principal estabelecer mecanismos de combate à poluição, mediante a definição de limites e horários a serem cumpridos, pelos estabelecimentos comerciais, visando a manutenção da ordem social.

Hoje, por falta de uma lei específica, muitos estabelecimentos cometem verdadeiros abusos, causando grandes transtornos à população e ao meio ambiente.

Com a aprovação do projeto em epígrafe, o estabelecimento que desrespeitar as regras pré-estabelecidas, será multado, podendo inclusive, ter o alvará de funcionamento cassado.

Os estabelecimentos que se enquadrarem nos termos do presente projeto, terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adaptarem às novas regras, sendo que após esse período, serão punidos conforme as penas previstas em lei.

Face ao exposto, considerando os motivos citados, solicito aos nobres colegas parlamentares, o apoio irrestrito à aprovação da matéria em questão.

PROJETO DE LEI Nº 417/2001

A Assmbléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro naquele município paranaense, que tem realizado excelente trabalho para proteger a fauna e a flora, combate por todos os meios éticos e legais as práticas que coloquem em risco sua função-ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 418/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Empresas Lotéricas com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Empresas Lotéricas, com sede e foro nesta Capital, que tem realizado excelente trabalho para representar os interesses gerais, individuais e coletivos, relativos à atividades exercidas pelos associados lotéricos no Paraná e demais Estados da União.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 419/2001

A Assembléia legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aos estudantes de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, da Rede Estadual e Particular de

Ensino, fica assegurada a organização de grêmios estudantis, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º - A organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios estudantis, serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 2º - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio estudantil, serão realizadas por meio de voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral vigente.

Art. 2º - Os estudantes que forem eleitos em conformidade com o § 2º do artigo 1º da presente lei, terão liberdade junto às dependências das salas de aulas das instituições da Rede Estadual e Particular de Ensino, para desempenharem suas atividades como representantes dos grêmios estudantis, garantindo assim o bom desempenho de suas funções junto aos demais discentes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Legítimo representante da voz e da vez dos estudantes ao longo dos anos, o grêmio estudantil teve sua trajetória interrompida pela força da ditadura em 1968. Em seu lugar foram impostos os centros cívicos, sem autonomia e com finalidades diversas.

Em 1985, o pressionado movimento organizado pela União Brasileira dos Estudantes (UBES), que na época estava se reestruturando, conseguiu sancionar a Lei Federal, sob o número 7398, que autoriza a livre organização dos grêmios em esfera federal.

Com base no exposto estamos propondo este projeto de lei como uma forma de incentivar a criação de grêmios estudantis em todas as escolas do Estado do Paraná, tendo como forma de exercer o aprendizado da democracia na condução dos interesses afetos à comunidade escolar.

Pela oportunidade, conto com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis à aprovação deste projeto.

Publicado, vai o projeto às Comissões Permanentes, competentes, para discussão e parecer técnico, conforme determina o Regimento Interno desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 420/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.263, de 03 de agosto de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Tuneiras do Oeste e foro no município de Cruzeiro do Oeste.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo alterar a Lei nº 13.263, de 03 de agosto de 2001, que declarou de Utilidade Pública a APAE de Tuneiras do Oeste, devido à inversão da sede e foro da entidade citada na referida lei.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 421/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatório a todas as panificadoras, confeitarias e empresas de panificação, a utilizarem 5% (cinco por cento) de fécula de mandioca para mistura na massa de paníficos e derivados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A fécula de mandioca, tendo por análise de dezenas de Faculdades, contém valores protéicos e vitamínicos superiores a farinha de trigo, elevando nesta mistura o valor nutritivo em todos esses alimentos, sendo utilizado o produto *in natura* em muitos países no tratamento de anemias, desnutrição e outros problemas na área de saúde.

Salientando, a importância do Estado do Paraná na questão econômica e social da demanda de superprodução deste produto, sendo o mesmo, muitas vezes mais barato que a produção de farinha de trigo, a qual temos que importar permanentemente de outros países, como por exemplo da Argentina, onde dependemos do preço dólar/dia, que inviabiliza a estabilidade do preço do alimento mais consumido no País, o pão.

É tão grande a importância desta liberação, uma vez que com certeza aumentaremos e manteremos no mínimo 100.000 pessoas trabalhando direta e indiretamente em nosso Estado.

Com todas estas justificativas, temos a certeza que o Governo do Estado e as indústrias de panificação saíram na frente, elevando no Brasil as possibilidades de termos, a partir deste projeto, a solução para muitos produtores que estão com seus estoques paralisados, e

que hoje, pode ser derivado de mais de 250 outros produtos industrializados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Tem certas coisas que é preciso que os Anais da Casa registrem. Refiro-me à comemoração de 7 de setembro, realizada pelo município de Rio Branco do Sul. Há um contraste, em termos de comemoração de 7 de setembro, entre Curitiba e a região metropolitana. Em Curitiba, o prefeito não compareceu ao desfile; o governador do Estado, tradicionalmente presente ao desfile de 7 de setembro, onde a prefeitura, as entidades, organizaram um grande desfile cívico.

Em Rio Branco do Sul, sinceramente, foi um desfile jamais visto na região metropolitana; perto de 30.000 pessoas. O prefeito Bento Benelli conseguiu trazer todas as escolas do interior do município, dos mais longínquos recantos. Estavam presentes escolas municipal, estadual, agrícola, urbana. Desfilaram os homens do campo, mostrando a força da agricultura, desfilaram as indústrias, sobretudo a Votorantin. Desfilaram 8.500 estudantes na avenida de Rio Branco do Sul, um verdadeiro ato de demonstração de civismo, de amor à Pátria e de vontade do prefeito, da secretária da Cultura, vice-prefeito, presidente da Câmara, de organizar a população de Rio Branco do Sul no objetivo maior de integrar a comunidade local.

Então, eu não poderia deixar de ocupar a tribuna na tarde de hoje, para registrar esse fato de Rio Branco do Sul, município que demonstrou uma grande organização, um grande trabalho na área da cultura, evidenciando toda a arte do município, o artesanato, demonstrando este município sobretudo amor, por parte dos seus dirigentes.

Vejam que as crianças, com o uniforme completo, com seus tênis, todos desfilaram na frente daquele palanque, onde eu estava junto com o prefeito Bento Benelli, com grande amor!

A fanfarra deu um verdadeiro show de harmonia, de ensaio, de organização, enfim, uma manifestação cívica bem diferente do que aconteceu em Curitiba.

Lá, o povo na avenida, as autoridades no palanque. Lá, a riqueza do município está evidenciada. Enfim foi um ato cívico do município de Rio Branco do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente e senhores deputados, e mais uma vez, cumprimentar as autoridades de Rio Branco do Sul, por este ato cívico do dia 7 de setembro de 2001.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

(Lê):

“Protocolados junto à Mesa Diretora da Casa, projeto de lei que isenta do pagamento de taxas, emolumentos e custas aos cartórios de distribuição e de registro de títulos e documentos, as associações comunitárias de moradores, de amigos de bairros e clube de mães, por ocasião do registro de seus atos constitutivos, suas alterações posteriores, livros e atas.

A medida, senhor presidente senhoras e senhores deputados, representa grande alcance social, considerando que o trabalho desenvolvido por essas entidades junto à população, especialmente nas camadas mais carentes, revestem-se da maior importância.

Nós, que no decorrer de nossa vida pública, e sempre morando na periferia da cidade, sempre estivemos ligados aos movimentos comunitários, e temos pleno conhecimento das dificuldades dos dirigentes das associações no desenvolvimento de seus trabalhos, prestados por pura vocação, sem nenhuma remuneração, mesmo porque são, na maioria absoluta, trabalhadores humildes, sem recursos até para arcarem com despesas de cartórios.

As associações de bairros e clube de mães, senhoras e senhores deputados, desempenham importante papel na sociedade, cujos dirigentes constituem-se em verdadeiros representantes dos moradores em suas áreas de atuação, e que buscam intermediar reivindicações de interesse coletivo junto às autoridades, sejam municipais ou estaduais, igualmente sem remuneração, pelo próprio espírito de servir e lutar pelo bem-estar do povo que representam.

Nada mais justo senhor presidente, que pela contrapartida do trabalho que desempenham em favor da coletividade, tenham por parte dos poderes públicos algum tipo de incentivo, e a isenção de custas previstas em nosso projeto de lei certamente trará inestimável contribuição, facilitando a criação e registro de entidades representativas, seja de moradores, de clubes de mães ou outras congêneres, cujas metas são sempre voltadas para o bem-estar da população.

Temos certeza que esta Casa, pelos senhores deputados, aprovará nossa iniciativa, que visa incentivar o trabalho comunitário como forma até do desenvolvimento social da pessoa humana”.

Quero aqui agradecer a atenção de todos senhores deputados, senhoras deputadas, e fazer então o apelo para que nós possamos, aprovar este projeto de lei que vem ao encontro da necessidade, tanto da parte dos presidentes comunitários como também do interesse da coletividade do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero fazer registro nesta tarde, nos Anais desta Casa, da Carta de Campo Largo. Uma Carta que foi tirada em consequência do seminário lá realizado, onde tratou-se das pequenas companhias de energia elétrica e portanto, o seminário tinha como título “Uma Luz para o Futuro”, deputado Waldyr Pugliesi.

A carta diz o seguinte:

(Lê):

“CARTA DE CAMPO LARGO

Campo Largo, Paraná

30 de agosto de 2001

Aos 30 dias do mês de agosto do ano de 2001, reunidos na Casa da Cultura na cidade de Campo Largo, Paraná, nós, participantes do Seminário “Uma Luz para o Futuro”, discutimos e aprovamos, a “Carta de Campo Largo”, com o seguinte teor:

- Pode-se afirmar que a energia sempre foi, é atualmente, e sempre será, cada vez mais, um insumo estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade. E sabemos também que todas as fontes de energia provêm de recursos naturais, seja o calor da lenha, a luz do sol, a força dos ventos e das águas, seja como carvão petróleo, gás e urânio. Torna-se então evidente que os recursos energéticos necessários para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade devem ser buscados nos recursos existentes ao alcance dessa sociedade e sob o seu controle em alguma medida, pois em caso contrário o desenvolvimento será sempre dependente.

- Historicamente, em nosso País, bem como na maioria dos outros, os recursos energéticos naturais têm sido administrados por grandes sistemas estatais numa estrutura de mercado altamente centralizada. Sendo assim, as políticas de desenvolvimento têm sido em geral orientadas para o crescimento do consumo de um recurso que nem sempre está sob o controle de instituições locais, como as concessionárias municipais ou estaduais.

- Se no Brasil até recentemente esse fato não era relevante, com a privatização do setor, e com evidente limite do sistema nacional em continuar com investimentos suficientes para sustentar a crescente demanda por energia, a questão do controle local sobre os recursos energéticos para o seu desenvolvimento passa a merecer maior atenção por parte de Estados e municípios. A racionalidade dos interesses privados, focados prioritariamente no curto prazo e no retorno financeiro, centram-se em questões que nem sempre coincidem com os interesses de longo prazo de uma comunidade. Essa preocupação é também agravada com o iminente racionamento de energia, que este ano se torna uma ameaça real em algumas regiões do País.

- Por outro lado, o novo cenário do setor elétrico traz também consigo novas racionalidades que contrastam com as anteriores. As expectativas apontam para um mercado menos monopolizado, mais competitivo, mas

também com maiores riscos, uma vez que a competição pode implicar em condições desiguais de acesso a esse mercado, principalmente para as empresas menores. Há também um novo ambiente institucional, tanto no que diz respeito às questões ambientais, tornadas crítica pela legislação vigente e pelas pressões de organismos financeiros internacionais, como pelo poder soberano dos consumidores, que finalmente se apóiam sobre um arcabouço jurídico avançado e fazem valer o seu direito a melhores serviços.

- Uma nova racionalidade também surge das novas tecnologias de geração que se viabilizaram graças aos custos ambientais, crescentes das alternativas de geração tradicionais de grande escala, como os grandes projetos hidrelétricos ou grandes centrais térmicas que utilizem combustíveis fósseis. Suas características tecnológicas são diferentes das tradicionais, destacando-se principalmente a grande flexibilidade e a pequena escala, com impactos ambientais reduzidos, o que em outras palavras significa a valorização dos recursos energéticos em escala local.

- Se o cenário para o setor de energia parece complexo, ele se apresenta ainda mais desafiador para as concessionárias públicas municipais, que além dos riscos inerente ao novo mercado ainda pesam sobre si a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a responsabilidade com o desenvolvimento de um município, de sua população e de sua economia.

- Nessa nova era de gigantes, a redução da dependência passa a ser estratégica para as pequenas concessionárias de energia, pública e privada. Contemplando então:

* a evolução e os condicionantes impostos pelo novo mercado de energia que se estrutura no País desde a década de 90, especialmente no que se refere às novas regras de comercialização e às expectativas de comportamento das tarifas de energia;

* a realidade histórica econômica social e política em que as pequenas concessionárias de energia se inserem e da qual fazem parte principalmente no que diz respeito ao seu mercado às suas capacidades empresariais e de atuação junto às suas comunidades e em sua articulação com outras empresas do setor elétrico em âmbito regional ou nacional;

* um cenário de grandes riscos e também de grandes oportunidades, onde a ampliação do espaço de manobra das pequenas concessionárias de energia passa a ser fundamental para a sua sobrevivência;

- A ASBRACE - Associação Sul Brasileira das Pequenas Concessionárias de Energia Elétrica, através de seus associados e das comunidades que eles representam, declara que a parceria e o compartilhamento de esforço entre todos será orientado para os seguintes objetivos:

a - minimização dos riscos a que os associados estarão sujeitos no novo mercado;

b - busca da criação de condições de comercialização que tragam vantagens por sua agilidade no mercado nacional;

c - definição de empreendimentos que busquem o desenvolvimento do potencial de geração próprio e a participação efetiva em sistema de geração de energia em parceria com outras empresas, públicas e/ou privadas;

d - promoção conjunta de investimentos nos seus respectivos mercados, procurando manter e até aumentar o número de clientes “cativos”, procurando dar mais flexibilidade e trazer vantagens comerciais com programas de melhoria da qualidade, aumento da produtividade e gestão da demanda;

e - esses esforços, frisa-se, serão realizados através de parcerias entre os associados da ASBRECE.

(aa) COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, FORÇA E LUZ DE URUSANGA LTDA - EFLUL, EMPRESA FORÇA E LUZ LUIZ JOÃO CESA LTDA, HIDRELÉTRICA XANXERÊ LTDA - HXL, CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR, HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A - HIDROPAN, DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ - DEMEL, USINA HIDROELÉTRICA NOVA PALMA LTDA - UHENPAL, MUXFELDT, MARIN & CIA LTDA, FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA - FORCEL, COMPANHIA FORÇA E LUZ DO OESTE - CFLO. (Guarapuava-PR)”

Tivemos a satisfação de participar deste evento contra a privatização da Copel, levando aos diretores dessas concessionárias a dificuldade que vão enfrentar caso venha se concretizar a privatização. E a apreensão desses diretores, dessas empresas concessionárias municipais vem em uma boa hora. E o seminário realizado na cidade de Campo Largo, sob a coordenação da Cocel; com o apoio da Prefeitura, do prefeito Afonso Guimarães Portugal, enfim, com a participação de várias entidades e de vários palestrantes, foi sem dúvida alguma, por demais proveitoso e trazendo, nesse bojo, também a criação da Asbrage - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia.

Era o registro que queria fazer, nesta tarde de segunda-feira, em função, de que lá estivemos representando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós temos assistido e ouvido, após a polêmica votação do projeto popular, que pretendia revogar uma lei que fora aprovada já em dezembro de 1998, mais precisamente, no dia 08, que dava autorização ao Governo do Estado, para que vendesse o controle acionário ou as ações que o Estado possui na Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Tenho certeza que ninguém pode esquecer daquelas Sessões, posso dizer assim, Sessões que realmente marcaram a história desta Casa, com a colocação por parte daqueles que defendiam o projeto popular que pretendia revogar aquela lei aprovada em 98, e por outro lado, aqueles que pretendiam que a lei continuasse em vigência.

Pois bem, ali levantou-se inúmeras questões sobre o processo de privatização. Tive a oportunidade, no dia da votação, naquela Sessão do dia 20, uma segunda-feira, fazer a colocação e contar a respeito de uma empresa privada que atua no setor de energia elétrica. E essa empresa, para orgulho, para satisfação e para gáudio, não só meu, como de todos os meus conterrâneos, é da minha cidade, de Guarapuava, a Companhia Força e Luz do Oeste.

Como já disse, uma empresa que data de 1912, fruto do espírito empreendedor do imigrante italiano que lá chegou, constituiu família e iniciou o trabalho até de iluminação pública com os lampiões a querosene e aí ele partiu para construção da primeira hidrelétrica em um rio que tem o mesmo nome do rio onde Cristo foi batizado, o nosso Rio Jordão, de Guarapuava. O Rio Jordão, que nasce ali em Guarapuava, fruto das águas do Rio Bananas e do Rio das Mortes, e que depois corta os territórios de Guarapuava, de Candói e de Pinhão, indo levar água para encher a barragem de Foz do Areia, dando oportunidade que Foz do Areia aumentasse em 10% a sua capacidade.

E agora mesmo, a Copel, em consórcio com outras empresas, promove a construção de mais de duas hidrelétricas no Rio Jordão: a Usina de Santa Clara e a Usina do Salto da Vaca Branca. Mais duas usinas no mesmo Rio Jordão. Lá, onde esse italiano, Sr. Luiz Fiskato fez a primeira hidrelétrica e construiu a Companhia Força e Luz do Oeste.

Essa empresa foi propriedade de guarapuavanos por muito tempo, até recentemente, menos de quatro, cinco anos atrás, 50% dela pertencia a guarapuavanos e os outros 50%, à família de Ponta Grossa, em função do relacionamento de amizade e desse intercâmbio que existe entre as pessoas de Guarapuava e Ponta Grossa. Pertencia à família Cunha, mais precisamente, ao Sr. Oton Cunha; aos seus irmãos e à sua mãe, Dona Ede Fernau Cunha.

Resolveram então vender, e venderam a empresa, para um grupo paulista, o Grupo Rede, que hoje é quem administra os serviços de distribuição de energia elétrica em Guarapuava.

Atende por volta de 35 mil domicílios na cidade, e desenvolve um bom serviço.

Eu, quando prefeito pude, por diversas vezes, fazer a avaliação dos serviços públicos, que eram ofertados à comunidade, e o índice de satisfação quanto à Companhia Força e Luz, sempre foi um índice elevado, mais de 90%. Ela atendia sempre, às determinações emanadas do antigo DNAE, o Departamento Nacional de Águas e

Energia, que hoje está transformado em Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica.

E é claro que nós, como prefeito, muitas vezes tivemos embates com a Companhia Força e Luz do Oeste. É claro que a legislação baixada pelo antigo DNAE, hoje Aneel, privilegiava muito as empresas concessionárias de energia elétrica.

No momento que a Prefeitura precisava estender uma rede de energia, muitas vezes para suprir um loteamento que fora aprovado anteriormente, sem as exigências mínimas da infra-estrutura, como água, saneamento, energia elétrica, a Prefeitura tinha um custo muito alto para levar energia àqueles domicílios. E após fazer a instalação da rede de energia elétrica, naqueles bairros, o que acontecia?

O poder público tinha que fazer uma doação à empresa concessionária de todo o patrimônio, ou seja: de tudo aquilo que foi investido nos postes, nas linhas de transmissão.

E o Poder Público Municipal recebia, em contrapartida, ações da Companhia Força e Luz do Oeste.

Isso não acontecia só em Guarapuava; era uma prática em todo o Brasil.

E eu quero aqui realçar, reafirmar aquilo que disse quando nós assumimos a Prefeitura de Guarapuava, era o costume das administrações anteriores, não pagar pelos serviços de iluminação pública, porque parte do serviço era pago na taxa de luz que cada domicílio pagava, mas tinha que sempre fazer um acerto de contas, porque a Companhia Força e Luz, prestava um serviço, fornecia energia para os próprios do município e também para as praças, para os logradouros públicos.

E sempre havia uma diferença, e essa diferença a Prefeitura teria que pagar à Companhia Força e Luz do Oeste.

Como disse, era costume das administrações anteriores, fazer o quê?

Entregar as ações que possuía, junto à Força e Luz, para quitar aqueles débitos que permaneciam em aberto.

Pois bem. A partir da nossa administração, nós, em nenhum momento, deixamos de pagar todos os débitos da Companhia Força e Luz, e não vendemos uma ação sequer da Companhia Força e Luz do Oeste! As ações que a Prefeitura de Guarapuava tinha, continuou tendo e foi ampliada, porque nós fizemos muitas extensões de rede, por diversos bairros que não tinham a rede de energia elétrica e por conseguinte, as pessoas não podiam usufruir da luz em suas casas.

Na sequência, depois da minha administração, o prefeito que me sucedeu também não fez a venda dessas ações, mas o seguinte, que hoje ainda permanece na Prefeitura, foi reeleito, vendeu todas as ações que a Prefeitura possuía junto à Companhia Força e Luz do Oeste, como vendeu também as ações que a Prefeitura possuía na Sanepar, na Companhia de Saneamento do Paraná.

Mas, digo tudo isso para falar da importância que tem a Companhia Força e Luz do Oeste para Guarapuava,

quando tinha os seus recursos, quando os seus sócios eram de Guarapuava, e também com o bom serviço que ela prestava.

Digo tudo isso, senhor presidente, senhores deputados, para chegar em um ponto em que ainda não citei. Isso tudo, ou mais ou menos isso, eu já havia dito no dia daquela Sessão.

Mas tenho em mãos, uma tabela que demonstra a eficiência da Companhia Força e Luz do Oeste, que distribui a energia em Guarapuava, e quero lhes dizer: a Companhia Força e Luz do Oeste não tem geração; só tem distribuição. Compra energia de qualquer geradora, hoje o mercado está aberto, ela pode comprar da Copel, ela pode comprar de qualquer outra geradora que tenha energia disponível, ela pode comprar a energia no mercado de spote, enfim, quem tiver energia para oferecer, a Companhia Força e Luz pode comprar.

Mas o dado mais intrigante e que mais chama a atenção e eu gostaria também que os nossos amigos da imprensa anotassem, são os valores cobrados pela tarifa de energia elétrica em Guarapuava, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Nós temos diversas classes de tarifas e tenho a grande maioria delas aqui em minhas mãos, e que eu gostaria de contar aos senhores e ficará registrado, aqui, nos Anais da Casa.

É importante que a imprensa saiba disso, porque poucas ou muito poucas pessoas sabem ou imaginam que no Paraná possa existir uma empresa que trabalhe na área de energia elétrica, que é privada, que é uma ordem de 1912, que é eficiente, que dá alta rentabilidade e mesmo assim, cobra tarifas mais baratas do que cobra a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que é a Copel.

Para que os senhores anotem, temos dois grupos de tarifas: O Grupo A e o Grupo B. O grupo A, são as tarifas em alta tensão, e o Grupo B, são as tarifas em baixa tensão.

Vou começar pelas tarifas em baixa tensão: a classe B1, que é a classe residencial, os guarapuavanos estão pagando hoje, R\$ 172,73, por megawatt/hora. Isso em Guarapuava! A Copel pratica em Curitiba, um preço de R\$ 197,81 por megawatt/hora. Por conseguinte, a Copel cobra 14,52% mais caro do que a energia que é cobrada em Guarapuava.

Tem a tarifa rural, que foi motivo deputado Trairano: ah, porque nós não vamos mais ter subsídios, porque a Copel vende barato para o consumidor rural. Não vende barato não Senhor. Veja só, é a classe B2. A Companhia Força e Luz do Oeste, cobra de tarifa rural, para atender ao pequeno produtor, R\$ 97,26 por megawatt/hora, e a Copel cobra R\$ 115,96 por megawatt/hora! Deputado Zucchi Augustinho Zucchi, o senhor que é um homem do Sudoeste, sabe a quantidade de pequenas propriedades que dependem da energia elétrica. A Copel cobra 19,23% mais caro a tarifa rural dos nossos pequenos produtores rurais.

Mas tem outra tarifa. Temos a tarifa B2 que é destinada às cooperativas de eletrificação rural, que tem tam-

bém uma tarifa diferenciada. A Companhia Força e Luz do Oeste cobra R\$ 68,74. A Copel cobra R\$ 81,94, ou seja 19,20% mais caro.

Tarifa B2, ainda para serviços públicos e serviços de irrigação. A Companhia Força e Luz cobra R\$ 89,46 e a Copel cobra R\$ 106,62, ou seja; 19,18% mais caro.

E nas classes B3, que são as demais classes, a Companhia Força e Luz cobra R\$ 155,18 e a Copel cobra R\$ 185,00 ou seja: 19,22% mais caro.

E na iluminação pública! A iluminação pública que todos os cidadãos pagam. A Companhia Força e Luz cobra R\$ 79,94 por megawatt/hora, e a Copel cobra R\$ 95,30, 19,21% mais caro.

Tem mais, e aqui também um ponto importante. Nós sabemos a importância que é a energia elétrica para um processo de industrialização. No grupo A, na alta tensão, temos os consumidores do grupo A 3. Quando essa energia é consumida, ela não está somente à disposição, porque na alta tensão existe a demanda, é aquilo que um usuário paga para ter à disposição a energia.

Pois bem, quando ele consome energia industrial, lá em Guarapuava, a Companhia Força e Luz do Oeste cobra R\$ 82,49, a Copel cobra R\$ 98,34, 19,21% mais caro, deputado Rossoni, uma tarifa industrial.

Se fizermos a avaliação de uma empresa que tem um alto consumo de energia, onde o maior insumo seja a energia, nós vamos ver que o lucro que ela pode obter com um diferencial de 19,21% na energia que fica disponível, que a pessoa não usa, mesmo assim tem que pagar, a Companhia Força e Luz cobra R\$ 5,64 por megawatt/hora, a Copel cobra R\$ 6,69, 18,62% mais caro do que a Companhia Força e Luz do Oeste.

E no Grupo A 4, alta tensão, no anterior que eu falava, era em trinta e quatro mil e quinhentos quilowatts. Agora, o grupo A 4 é em treze mil e oitocentos quilowatts. No consumo, a Companhia Força e Luz cobra R\$ 85,52, a Copel cobra R\$ 101,95, 19,21%. E na demanda a Companhia Força e Luz, R\$ 5,85, a Copel R\$ 6,96. A Copel cobra 18,97% mais caro que a Companhia Força e Luz do Oeste.

O que é isso? É gerência?

Nós sabemos, todos nós sempre louvamos a competência dos técnicos, a competência administrativa da Copel. E o que acontece?

Porque ela cobra mais cara a energia do que uma empresa privada? E o que é importante, a Copel vende algo que ela produz, ela não compra a energia de ninguém. Nós sabemos, a Copel recebe a sua energia das suas hidrelétricas! O insumo da hidrelétrica é a água que vem da chuva. Ela produz a energia, ela tem a transmissão, e aí faz a distribuição e cobra, por setor industrial, quase 20% mais caro que uma empresa pequena, lá de Guarapuava, que tem trinta e poucos, não chega a trinta e cinco mil consumidores e consegue ser eficiente.

Eu já dizia isso, deputado Plauto Miró, no dia do meu discurso, que à época em que a legislação determinava que as empresas que obtivessem um lucro mais do

que 12% do seu capital, teriam que devolver esses recursos para o DENAE, porque o DENAE tinha que suprir as outras empresas que eram deficitárias.

E eu dizia, aqui, naquele dia, que a Companhia Força e Luz do Oeste devolvia, proporcionalmente, mais recursos que a Copel devolvia para o DENAE, hoje Aneel, porque ela era mais eficiente.

Então, trago esses números numa demonstração da eficiência. E a eficiência tem condições de fazer com que o consumidor final, que aquele que nos interessa, possa e é ter uma energia mais barata.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Fernando Ribas Carli, escuto atentamente o seu pronunciamento e fico contente que, pelo menos em praticamente 88, 90% do seu pronunciamento, há concordância com a minha pessoa.

Eu tenho um projeto junto com o deputado Marcos Isfer - projeto alternativo -, que oferecemos ao governador Jaime Lerner, em relação à privatização da Copel, que permite ao Governo do Estado a venda do setor de distribuição e a participação acionária que a Copel tem em mais de dezessete, dezoito empresas e que garante na mão do Governo o setor de geração e transmissão, que na nossa avaliação é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

V. Exa. passa alguns números que desmentem totalmente o governador Jaime Lerner, desmentem totalmente o secretário de Planejamento Miguel Salomão e chama de incapaz - também concordo com V. Exa., o secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Hübert. V. Exa. fala que é uma questão de competência administrativa - não podemos esquecer de que quem indicou o presidente da Copel, que é um cargo de confiança, foi o Governador do Estado, porque não tem controle acionário da Copel. Quem indicou o Sr. Ingo Hübert foi o governador Jaime Lerner; se ele é incompetente cabe ao governador Jaime Lerner demiti-lo.

Em 1995, quando aqui estive o Sr. Ingo Hübert, que queria que na época fosse aprovado a toque de caixa uma lei permitindo a venda das ações da Copel, quando elas estavam a R\$4,00 a ação, naquela época existia paridade entre o dólar e o real.

Nós levantamos naquela ocasião - V. Exa. era chefe da Casa Civil e deve recordar -, liberamos um processo, junto com os demais companheiros, aqui, na Assembléia Legislativa e seguramos a aprovação daquele projeto, por seis meses. E ao final de seis meses essas ações estavam a US\$21.

Eu dizia naquela ocasião, que o presidente de uma empresa, que tem ações na Bolsa de Valores, que tem acionistas e que desmerece a empresa, como ele desmereceu, aqui, no plenarinho da Assembléia Legislativa, dizendo que o balanço naquela ocasião era um balanço fidedigno e não representava a realidade, e que se nós tivéssemos vivendo, em um país onde as coisas fossem

levadas com seriedade, se o governador quisesse realmente levar a sério teria que demiti-lo naquele momento, e não os acionistas pedirem a sua demissão.

V. Exa. fala que o Grupo Rede e o Grupo Força e Luz foi vendido. Hoje, se não me falha a memória, quem detém o controle acionário é o Grupo Rede, que vende energia mais barato que a Copel - o secretário Salomão disse que isso é proibido. Quem comanda a tarifa é a Aneel. A Copel não pode, por mais que queira, vender a energia mais barata; não pode.

É uma contradição em cima da outra.

O governador vai à televisão e diz que em um, dois anos, qualquer consumidor vai comprar energia como compra gasolina em um posto de gasolina. Se ele não gostar da Shel, ele muda e vai para a Texaco. Eu lhe pergunto: não é abusar da inteligência do povo paranaense? Quem tira o posteamento de frente: eu não quero o posteamento da Copel; quero o da Light! Eu não quero essa distribuidora; quero outra distribuidora! Como se qualquer pequeno consumidor pudesse fazer isso! E dizendo que vamos conseguir energia mais barata! O Miguel Salomão, no dia seguinte, diz, não, quem comanda a tarifa é a Aneel, não é a Copel! São contradições em cima de contradições.

Na minha avaliação querer comprar a Copel, com toda a potencialidade estratégica que ela tem para o governo do Estado, como empresa, como rede, que desenvolve brilhantemente o seu papel, a Companhia Força e Luz, em Guarapuava, que é apenas distribuidora - não dá para ser comparado! Falo com tranquilidade, porque, como eu disse, sou favorável que o setor de distribuição seja privatizado, mas que seja mantido o setor de geração e também o setor de transmissão na mão do governo do Estado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre, ilustre, deputado Cezar Silvestri. Suas palavras vêm enriquecer o nosso pronunciamento.

Quero afirmar aos senhores que não vim aqui desmentir ninguém. Eu vim aqui fazer as colocações reais.

Vim colocar um espelho na verdade.

Agora, queria dizer ao senhor que quando faço uma afirmação de que a Copel não é competente e que a Copel cobra tarifas mais elevadas do que a Companhia Força e Luz, não é de agora, nobre deputado. Não é de 95 para cá, quando tomou posse o Dr. Ingo, e a atual diretoria. Isto, historicamente acontece.

Tanto é verdadeira a minha afirmação, que já nos idos dos anos 90, 80, 70, quando as empresas tinham que devolver recursos, como eu disse, para DNAE, que hoje é a Aneel, porque ultrapassavam em 12% o lucro sobre o seu capital. A Companhia Força e Luz do Oeste sempre devolveu proporcionalmente muito mais do que a Copel devolvia, porque esta, dentre as empresas públicas, é considerada a melhor, mas fica muito longe das privadas.

A verdade é uma só: a Copel vem cobrando energia mais cara do que a Companhia Força e Luz do Oeste há muito tempo, não é de agora.

Quero lhe dizer que conheço o seu projeto, que pretende que a Copel fique com somente a geração.

Agora digo aos senhores, se a Copel com geração, com transmissão, com distribuição cobra mais caro que a Companhia de Força e Luz, que compra energia da Copel e de outras geradoras, eu me convenço que se as usinas que geram energia forem administradas à maneira como são administradas empresas...

O Sr. Cezar Silvestri

Pelo Sr. Ingo.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não pelo Dr. Ingo.

Eu lhe concedi um aparte, espero que o senhor me escute atentamente como lhe escutei.

Quero lhe dizer o seguinte, se as empresas de geração foram administradas com a competência que é administrada a Companhia Força e Luz do Oeste, nós vamos ter redução de tarifa.

O Sr. Irineu Colombo

Com a Light, do Rio de Janeiro, aconteceu isso...

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não lhe concedi o aparte, peço ao senhor que respeite, a palavra está comigo!

Peço, senhor presidente, que corte o microfone, porque não concedi o parte ao nobre deputado Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

A palavra está assegurada ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O deputado Cezar Silvestri, quero esclarecer o seguinte: o que o secretário Miguel Salomão falou, que a Copel não pode cobrar mais barato, é pelo seguinte: Porque hoje quem define a tarifa de qualquer empresa é a Aneel.

A Aneel define a tarifa dentro dos parâmetros que existem de eficiência.

Por isso, a Companhia Força e Luz do Oeste, que tem as suas tarifas determinadas pela Aneel, cobra mais barato que a Copel, porque é uma empresa mais enxuta, mais ágil do que a Copel.

Porque o senhor pode ver quando sai a notícia, não sai assim: "A tarifa de energia elétrica, subiu 8%, 10 ou 3% em todo o Brasil".

Ela define por empresas. Ela diz a empresa tal no Paraná, a empresa tal em São Paulo, vai ter tanto de aumento, em função do que representa cada empresa. Por

isso, que nós temos essas diferenças de tarifas, pela eficiência.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Fernando Ribas Carli, quero agradecer o aparte que V. Exa. me concede e dizer, mais ou menos na mesma linha do deputado Cezar Silvestri, que na verdade não tem como você comparar a distribuidora localizada com uma empresa como a Copel.

Como disse V. Exa. a Copel, dentre as empresas públicas de energia é a melhor do Brasil. Agora, poderia ser melhor.

Com certeza, a distribuidora Companhia Força e Luz do Oeste, não meteu a mão em 90 milhões, para pagar precatórios, não sei de quem. Ela não pegou, 60, 70 milhões para pagar 13º salário do funcionalismo, para tapar buraco do caixa do Governo.

Com certeza absoluta a companhia do Oeste, que como diz V. Exa., presta um brilhante serviço, presta um serviço de acordo com a sua finalidade. A Copel, deputado Carli, tem a geração como V. Exa. falou. A distribuidora que poderemos até ser favorável à privatização, para ser mais eficiente, não tem a geração. Agora, apenas para contribuir no contraditório do seu pronunciamento, imagine V. Exa. a Copel com o Governo realmente voltado ao interesse maior da população, que pudesse fazer da empresa, não o que fez, porque, pode ter certeza absoluta, uma empresa certa não compraria aqueles títulos que foram comprados com ações da empresa, dinheiro bom!

Então, acho que o governador poderia fazer o seguinte: inclusive determinar um preço menor de tarifa a ser cobrada aqui no Paraná. Poderia, por que não? Diz que a Aneel regula o preço, mas se a distribuidora pode dar um preço menor, quem sabe a Copel não poderia?

E um outro dado, deputado, quem sabe em 1982, quando começou a expansão de mais de 120 mil ligações no interior do nosso Paraná, quem sabe a Companhia tivesse até colaborado nisso, a companhia lá de Guarapuava, mas colaborou em convênio com a Copel, sustentada pelo Governo do Estado! Porque a empresa pública tem, sobretudo o papel fundamental do desenvolvimento, e não só o lucro e a exploração do serviço que presta!

Será que não seria possível através da Copel, lançarmos um programa como falei aqui para o Dr. Miguel Salomão, que concordou conosco o presidente da Fiesp do Paraná, que poderia o Paraná fazer um programa dando a possibilidade de fornecimento de energia a empresas que viessem se instalar aqui no Paraná? Quem pode dar é uma empresa como a Copel! A distribuidora, por si só, não pode fazer desta forma! Como V. Exa. falou, a distribuidora compra energia e repassa!

Então, há muita contradição, como falou o deputado Cezar Silvestri. Então, se pode se ter uma energia mais barata, por que a Copel não fornece uma energia mais barata, já que é uma empresa lucrativa? Agora,

poderia ser um preço bem menor que a Companhia lá pratica, se não houvesse esse descalabro que tem de se pegar o dinheiro da companhia para colocar, para tapar furo de caixa do Governo do Estado.

Acho que V. Exa. na verdade, não discorda da nossa posição com relação à Copel. Uma coisa é a prestação de serviço por uma distribuidora de energia como tem em Coronel Vivida, como tem em Guarapuava, outra coisa é privatizar a geração de energia pela quantidade, pela qualidade dos nossos rios, enfim, por aquilo que fez a Copel na história do nosso Paraná.

Então, acho que V. Exa. tem razão de dizer que quem sabe a distribuidora seja eficiente. Acho que isso corrobora com o nosso pronunciamento. E que nós quise-mos ir fundo quando começou o processo de privatização. Porque ele dizia que a Copel não pode fornecer energia mais barata, porque a Aneel determina o preço. Aí vem o Dr. Miguel Salomão e diz o seguinte: “olha, não adianta imaginar porque o Paraná produz “x” por cento da energia, que vai conseguir colocar essa energia”. Eu perguntei-lhe então: “Dr. Miguel Salomão, quer dizer que se o Paraná estiver consumindo 1000 megawatts a mais do que consome hoje, a Aneel iria cortar e dizer: olha, vocês só podem consumir esse total?” Não.

Acho que há, realmente, uma contradição bastante grande e não tem como justificar a privatização da Copel apenas pela eficiência de uma distribuidora. Tem, sim, como ponderar a má gestão frente à Copel, que tirou dinheiro da empresa, dinheiro líquido, para colocar em outras contas, que daí, obviamente, não dá para investir lá na ponta.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre deputado Augustinho Zucchi. As suas palavras também vêm ao encontro de tudo aquilo que eu dizia e reafirmo em minhas colocações.

Veja só, deputado Augustinho Zucchi, comparativo nós podemos fazer sim, nós temos que trabalhar em escala! E o trabalho de escala proporciona ao senhor vender o seu produto, lá na ponta final, por um preço muito menor.

O que coloquei, no meu pronunciamento - e quero reafirmar aqui - é que se uma empresa como a Companhia de Força e Luz do Oeste, que tem que comprar o insumo que vende, porque é simplesmente uma repassadora do insumo, ela consegue vender quase 20% mais barato para a indústria, imagine o senhor se a Companhia Força e Luz estivesse gerando esta energia, estivesse transmitindo e estivesse distribuindo! É aí que quero chegar, no ponto da concorrência!

Outra colocação sua, a questão que a Companhia Força e Luz talvez tenha ajudado lá os produtores rurais, ajuda ainda. Porque a Copel, quando vende a energia mais barata para o produtor rural, o subsídio quem repõe no caixa da Copel, é o Estado. Só que, veja só o senhor, a

Copel cobra do consumidor rural 19.23 mais caro do que cobra a Força e Luz.

Quanto ao precatório, nobre presidente, acredito que era uma dívida da Copel, de muito tempo, de construção de usina, porque, se não fosse uma empresa pública não estaria devendo ainda, porque foi uma pendenga que houve em construção de usinas, e acabou agora tendo que pagar.

Outra questão, o Rio Iguaçu não é tão nosso pelo fato que tem no Rio Iguaçu usinas que não são da Copel, que são da Eletrosul. A Eletrosul será vendida e irá a usina de geração também. Então, é um processo, como eu disse, é o modelo econômico que foi desenhado, que foi implantado, só que os números são irrefutáveis. Não podemos divergir dos números!

Não posso aceitar, nobre deputado Augustinho Zucchi, que a Copel faça isso, quando ela deveria vender mais barato! Agora, ela não consegue vender, por quê? Porque ela tem uma planilha de tarifa, a Aneel determina a planilha da Copel em cima da planilha dos custos que ela tem. E se a Copel infringir, em qualquer momento, no preço da tarifa, querendo diminuir a tarifa, ela é passível de uma ação, porque tem acionistas. O acionista vai argüir a medida que a Copel está tomando, como é que ela vendendo uma energia mais barata se está tendo prejuízo? Na verdade ela segue a planilha que é determinada pela Aneel, como também a Companhia Força e Luz do Oeste.

Senhor presidente, era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A Copel continua suscitando o debate nesse Estado e continua causando indignação nos paranaenses de bem.

Quero, nesta tarde, tornar pública a nota oficial do Fórum Popular Contra a Venda da Copel que, ao final, quero entregar à Mesa para que se registre, nos Anais desta Casa, a nota na sua íntegra.

(Lê):

“A Copel é nossa

Nota Oficial

O valor anunciado pelo governo do Estado para a venda da Copel confirma que há uma grande negociata em curso ou no mínimo uma jogada condenável para se obter ágios e comissões maiores. A escandalosa subvalorização explica o motivo de tanta pressa em liquidar a empresa de energia dos paranaenses. Explica também a razão de tamanha indiferença com a vontade de 93% da população, a violência policial empregada contra os cidadãos, e a forma muito questionável como o governo conseguiu os 27 votos na Assembleia Legislativa para

considerar o projeto de iniciativa popular inconstitucional.

A subvalorização está caracterizada por vários aspectos, em especial os aqui enumerados:

01 - O custo internacionalmente aceito de obras de geração de energia oscila entre 1,2 e 1,5 milhão de dólares por MW instalado. A Copel possui 4.545 MW em usinas que utilizando como referência o valor de 1,4 milhão de dólares, considerando apenas o parque gerador da Copel estaria avaliado em torno de 6,36 bilhões de dólares, ou seja, 16,1 bilhões de reais. Só na geração, o valor está subavaliado em 60% do valor total propalado pelo governo. A este valor seria preciso ainda adicionar o valor de 158,4 mil quilômetros de linhas de transmissão e distribuição, suficientes para dar 4 voltas ao redor da Terra, além de 350 subestações, com uma potência instalada de 18,7 mil MVA (Mega Volt Âmpere);

02 - Apenas nos últimos 5 anos, segundo dados oficiais enviados pelo Governo do Estado ao Sindicato dos Engenheiros, a Copel investiu 7,2 bilhões de reais. Ou seja, se o valor de 10,5 bilhões de reais proposto fosse correto, antes de 1995 a Copel só valeria 3,5 bilhões de reais?! O lucro da empresa no ano passado foi de 430 milhões de reais, 10% do preço mínimo (4,3 bilhões) anunciado pelo governo Lerner;

03 - Os engenheiros do Paraná, através do seu sindicato, avaliando em profundidade e à luz da técnica e dos bens físicos da Copel chegaram ao valor real de 25,5 bilhões de reais. devendo a este valor adicionar cerca de 40%, segundo parâmetros internacionais de avaliação de ativos intangíveis como marca, tecnologia e mercado (Em junho de 1999, especialista internacional neste tipo de avaliação, em Curitiba, a convite da Federação das Indústrias, reforçava tal parâmetro);

04 - A tudo isto acrescenta-se ainda a tendência à elevação do custo da energia, em função da atual crise de oferta, cujo efeito inegável será aumentar o valor de venda de uma empresa como a Copel, caso vendê-la fosse do interesse público;

05 - A crise de energia demonstrou que a falta de investimentos no setor elétrico faz a economia regredir e causa recessão e desemprego. Quanto vale em termos humanos e sociais uma empresa como a Copel?

06 - O Fórum Popular Contra a Venda da Copel conclama a sociedade paranaense para ajudar a desmascarar a negociata tramada pelo governo de Jaime Lerner difundindo os fatos narrados acima, cobrando de seus representantes na Assembleia o apoio à tramitação do projeto de plebiscito e a continuidade das diversas lutas que continuaremos a desenvolver para barrar esse crime lesa-pátria, que o governo do Estado tenta.

Curitiba, 06 de setembro de 2001.

Fórum Popular Contra a Venda da Copel”

“Outras matérias relacionadas

10/09/2001 - A Piratização da Copel

10/09/2001- O Pepino

10/09/2001 - Quanto vale a Copel?
 10/09/2001 - Números da “Destruição da Copel”
 10/09/2001 - Gigante francesa desiste de comprar a Copel
 28/08/2001 - As raízes da crise do sistema elétrico
 28/08/2001 - Governistas não conseguem sair às ruas
 28/08/2001 - Advogado tem vergonha da justiça paranaense
 28/08/2001 - Itamar Franco quer comprar a Copel
 27/08/2001 - Declarações de desembargador favorável à venda da Copel coloca sob suspeição Tribunal de Justiça
 24/08/2001 - Hermas Brandão pega “carona” na insatisfação popular
 23/08/2001 - Advogado pede anulação de contratos da Copel
 23/08/2001 - Adiamento do edital comprova erro de vender a Copel
 22/08/2001 - Histórias do dia seguinte
 21/08/2001 - Projeto popular foi ilegalmente arquivado sob alegação de ser inconstitucional
 17/08/2001 - A venda da Copel, os Deputados e o Conto do Vigário
 16/08/2001 - Sessão suspensa
 16/08/2001 - Copel: Povo não verá votação do projeto popular
 15/08/2001 - Privatização da Copel: Estado pode perder R\$600 milhões da venda com precatórios
 15/08/2001 - Estudantes conseguem entrar na Assembléia Legislativa
 15/08/2001 - Deputado Sérgio Spada declara seu voto a favor do projeto popular
 14/08/2001 - Assembléia do PR revela hoje suas faces
 10/08/2001 - PC do B pede investigação da compra de votos
 06/08/2001 - Perguntas que o povo quer saber
 30/07/2001 - Fórum recepciona deputados na quarta
 12/07/2001 - Edital da venda da Copel será publicado no dia 31
 12/07/2001 - Privatização da geração de energia elétrica adiada
 11/07/2001 - As raízes da crise do sistema elétrico
 10/07/2001 - Aposentadorias e o Estado do Paraná
 03/07/2001 - A empresa de distribuição de energia
 02/07/2001 - Tarifas e distribuição de renda
 02/07/2001 - Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira
 21/06/2001 - Argentinos manifestam apoio ao Fórum Popular
 10/06/2001 - O Senado deve olhar para o Brasil, não para o painel eletrônico
 09/06/2001 - Reflexões sobre a privatização da Copel

06/06/2001 - Prefeitos fazem ato contra a venda da Copel
 04/06/2001 - Vigilância cívica nacional contra a corrupção
 12/03/2001 - Pagando a conta
 10/01/2001 - Privatização das estatais
 14/08/2000 - Resultado da votação do projeto do deputado Braz Palma”

Esse documento como eu disse no início, entregarei à Mesa para que se registre nos Anais da Casa.

Portanto, é para nós uma surpresa muito grande, quando deputados de base do Governo vêm estabelecer comparações até mesmo injustificáveis e indevidas, do preço da energia cobrado pela Copel e do preço da energia cobrada por uma empresa de pequeno porte, da cidade de Guarapuava.

Não podemos mais, nem a sociedade paranaense aceita esses sofismas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta V. Exa. se usará o Horário da Liderança do PT?

O SR. HERMES FONSECA

Vou continuar usando.

Se percorrermos o Paraná em todos os seus rincões, vamos perceber a profunda indignação do povo do Paraná. Todas as pessoas, desde as mais humildes até as pessoas mais qualificadas intelectualmente, têm nos perguntado, têm nos inquirido a respeito de todo esse processo que se desenvolve na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e nos perguntam se há ainda algum recurso para impedir que o Estado venda a Copel. É claro que há! É difícil, mas há.

Há ainda o recurso judicial que eu acredito, nós estamos buscando; vamos formular quando tivermos a convicção que esse recurso possa ter sucesso, porque difícil realmente o Poder Judiciário do Paraná conseguir alguma medida liminar, mas nos resta ainda o Parlamento que é o fórum das grandes disputas e o fórum de defesa dos interesses populares que é esta Casa.

Que esta Casa reflita e reveja a posição adotada no projeto de iniciativa popular e que pelo menos um dos vinte e sete deputados a que se refere o fórum aqui, possam rever a sua posição e poder nos apoiar no projeto de plebiscito que foi protocolado nesta Casa. Esse recurso é o recurso do Parlamento, deve expressar sempre a vontade do povo. Nós somos os verdadeiros e legítimos representantes da população, dos anseios da população e dos eleitores, e teremos uma grande oportunidade de rever essa posição.

É lamentável essa pressa para se vender um patrimônio subavaliado, um preço que causa suspeita a todos aqueles que tomaram notícia na imprensa do preço fornecido pelo governo sobre a Copel. Isso é lamentável. Isso, como diz essa Nota Oficial do Fórum, sugere negociata, negociata das mais altas possibilidades de lucro quando

uma subavaliação, na determinação do preço final, quanto maior for a diferença, maior será a comissão e a corretagem daqueles que estão intermediando todos esses processos.

Portanto, quero deixar registrada essa Nota e encaminhar à Mesa, para que esse documento se torne público e conste dos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

O Grande Expediente já foi usado pelo deputado Fernando Ribas Carli.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna apenas para relatar o episódio marcante na vida do nosso Partido, PMDB, realizado no dia de ontem, em Brasília.

O PMDB, como de costume, como de praxe, é um Partido marcado pela rebeldia, um Partido que já foi forjado com este sentimento de rebeldia, de insatisfação, com as políticas desenvolvidas neste País. Isto sinalizou o nascituro do nosso Partido, o PMDB.

Havia, senhor presidente, uma grande curiosidade até, para saber qual o caminho que o PMDB iria delimitar, na convenção realizada ontem no Distrito Federal, em Brasília. E nós do Paraná, lá estivemos, os vinte delegados do diretório estadual fomos a Brasília, liderados pelo senador Requião, para mostrar ao Brasil que o PMDB do Paraná sempre teve uma posição sintonizada com os sentimentos do povo paranaense e brasileiro. E, para sermos coerentes com a nossa posição, lá em Brasília, no dia de ontem, defendemos que o PMDB rompesse imediatamente com o Governo presidido pelo senhor Fernando Henrique Cardoso; entregassem os cargos os detentores dos cargos e fizéssemos imediatamente uma prévia para definir o candidato do nosso Partido à Presidência da República, e, por conseguinte, o PMDB pudesse mostrar uma nova cara, uma nova roupagem à opinião pública brasileira.

Infelizmente, aquela convenção memorável, episódio que marca a vida política brasileira, como têm sido todos os eventos patrocinados pelo PMDB Brasileiro e Estadual, que mostra toda a sua rebeldia, o seu inconformismo, o PMDB demonstrou toda a sua vitalidade no dia de ontem, em Brasília.

Não obstante o resultado da convenção nacional não ter sido aquele que nós, do Paraná defendíamos, que era um PMDB de cara nova, sintonizado com os sentimentos do Brasil, rompido com o Governo Federal, com definição clara de uma proposta política diferente para governar este País, não obstante o revés da nossa pro-

posta, no dia de ontem, na convenção nacional, nós tivemos algumas conquistas.

Já era esperado o resultado, porque o Governo Federal, através do presidente Fernando Henrique Cardoso, se envolveu diretamente no processo eleitoral realizado no dia de ontem. Usou a máquina do Governo, a estrutura, para impor sua vontade e derrotar as bases do PMDB, permitindo que a ala governista do nosso Partido se consagrasse vitoriosa no dia de ontem.

Infelizmente, o povo brasileiro está cansado de assistir, de presenciar, ouvir, ver e testemunhar a grande inversão dos valores éticos e morais no teto da coisa pública, e o que ocorre aqui no Paraná é na verdade um protótipo do que acontece no nível brasileiro e o Governo, deslavado, descarado, do Fernando Henrique Cardoso, fez com que a vontade majoritária das bases do PMDB fossem ontem derrotadas pela política da opressão do “toma lá, ganha cá” e que acabou resultando na derrota da proposta daqueles que defendiam o PMDB de cara nova neste País, mas, como eu dizia, tivemos algumas conquistas.

A primeira conquista, que os militantes do PMDB obtiveram ontem, foi, se sombra de dúvida a obtenção na convenção nacional da candidatura própria para Presidente da República. Um desejo sacramentado em convenção que cúpula nenhuma irá reverter, porque o maior órgão partidário é a convenção nacional. E a nossa convenção nacional determinou ontem que o PMDB terá que ter candidato próprio, inclusive determinou que as prévias partidárias se realizarão no dia vinte de janeiro do ano que vem, escolhendo entre a candidatura do senador Pedro Simom, um hábil e bravo senador e a candidatura do governador de Minas, Itamar Franco.

Além disso, senhor presidente, é preciso dizer que o PMDB do Paraná esteve lá em Brasília com uma grande força e saiu vitorioso, porque tivemos eleitos para compor o diretório diversos nomes do Paraná, entre os quais o senador Roberto Requião, o deputado federal Gustavo Fruet, ex-deputado Léo de Almeida Neves, o nosso líder aqui na Assembléia Legislativa, Waldyr Pugliesi, o nosso grande companheiro que é uma liderança emergente no PMDB, deputado Ademir Bier, como também o deputado Caíto Quintana. Ontem foram eleitos na convenção nacional como membros do Diretório Nacional do nosso partido.

O PMDB do Paraná fez bonito; defendeu as causas populares, lutou bravamente na convenção de ontem para dar um novo rumo ao partido a nível nacional, o mesmo rumo que o PMDB já adotou aqui no nosso Estado que é o rumo da ética, que é o rumo da defesa do povo, que é o rumo da defesa intransigente dos interesses da população do nosso Estado. Este é o rumo, a vocação, o caminho que nós do Paraná escolhemos e que defendemos com todas as nossas forças, com todas as nossas energias e é o rumo que nós também desejávamos ao PMDB de Brasília, ao PMDB, Nacional.

Senhor presidente, ao concluir as nossas palavras iremos deixar aqui claro e patenteado que não temos dúvidas que a convenção de ontem deu uma sacudida no partido a nível nacional, não temos dúvidas que o PMDB não será mais o mesmo, não temos dúvidas que o PMDB Nacional não servirá mais aos caprichos do infeliz presidente Fernando Henrique Cardoso, que o PMDB nacional irá dar o seu grito de independência, irá abrir a janela e olhar para a rua, ouvir a voz que vem das ruas, ouvir o grito que vem do povo, para poder estar plenamente sintonizados com os sentimentos do povo brasileiro.

Assim como o PMDB do Paraná já fez e faz, queremos que o nosso partido, a nível nacional, rompa as barreiras, quebre esse gelo e possa se libertar para o bem, ficar em paz com o povo do País.

Senhor presidente, registro que não fomos derrotados. Pelo contrário, o PMDB do Paraná fez bonito na convenção nacional. Conseguimos impor, pela força, pela liderança do senador Roberto Requião, uma grande e expressiva plêiade de companheiros que estão lá inseridos na convenção nacional, eleitos pelos delegados do Brasil para poder dirigir o nosso Partido e definir o caminho e o desejo que temos,

Que o PMDB nacional mude; rompa com esta situação que envolve o nosso partido a nível nacional. essa é a nossa esperança e é também do povo, das vilas, dos empresários, dos professores, do funcionalismo público. É esse PMDB que queremos a nível de Brasil: rompido com o Governo Federal, com a corrupção, com o desmando, com a desgraça. Um PMDB com a cara de povo, sem medo de ser feliz!

Muito obrigado!

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do presidente da Femuclan, João Pereira, um grande líder comunitário de Curitiba e Região Metropolitana, juntamente com o Samuel Rodrigues que é um dos membros de sua diretoria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sejam bem-vindos os visitantes.

No horário do PPB, com a palavra o deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna para fazer um relato da CPI da Telefonia. Vínhamos presidindo uma CPI onde investigava o sistema de telefonia e segurança da telefonia em todo o Paraná. Por alguns motivos tortuosos, o presidente da Telepar na época, juntamente com o Governo do Estado, ingressaram na Justiça impedindo a continuidade da CPI e a contribuição para todo o Paraná. Esta Casa deu resposta ao Judiciário quando a Mesa Executiva, através de um projeto de resolução, colocou outra CPI em fun-

cionamento, sendo votado este projeto por unanimidade nesta Casa.

Já fui relator de outra CPI a dos Combustíveis, junto com o deputado Durval Amaral que foi o presidente.

Muito poucos perceberam, até porque as críticas em relação aos políticos, aos deputados, são muito mais consistentes do que quando um trabalho é bem feito por esta Casa. E nós recebemos, muitos aqui não devem saber, a CPI dos Combustíveis recebeu elogios do Ministério Público do Paraná, em relação a tudo que foi apurado neste Estado naquela CPI. É a primeira vez que vejo, em termos do Estado, uma CPI aplaudida e reconhecida pela Ministério Público, com todos os efeitos que surtiu.

Neste momento, senhor presidente, deixo claro que a CPI tinha razão em perseguir os seus objetivos de telefonia, aonde o presidente da Telepar, de todas as maneiras, não queria que a CPI avançasse. Veio aqui na última terça-feira, agrediu deputados da CPI, dizendo que nesta Casa, faziam papel de palhaço os deputados, e teve uma resposta imediata, que o senhor mesmo foi o portador dessa resposta; que na verdade, chegou às suas mãos na quarta-feira, a demissão do presidente da Telepar no Paraná. O Sr. Ruan Ramon Aviles foi demitido, e em lugar assume aqui na presidência, o vice-presidente nacional da Telecom.

Então, quero deixar claro, senhor presidente, que esta Casa hoje tem mais quatro CPI's que devem começar o seu funcionamento. E esta Casa, usando todas as suas prerrogativas e o trabalho sério, com certeza, traz à população os benefícios que precisa uma CPI. E neste momento é o que mais precisamos, todos nós deputados e a classe política, não só do Estado do Paraná, como do Brasil inteiro.

O Sr. Algaci Tulio

Permite um aparte, deputado Tony Garcia?

(Assentimento)

Deputado Tony Garcia, quero aproveitar este momento, para dizer da satisfação íntima que tenho, e tenho certeza que V. Exa. e demais integrantes da CPI da Telefonia estão tendo, porque, desde o evento da primeira CPI, que acabou sendo batizada como CPI do Grampo, mas que na verdade não era do grampo, que veio por um acidente de trabalho que aconteceu na Casa Militar do Governo. Mas a CPI da telefonia, que nós trabalhávamos naquele momento, tinha exatamente esse objetivo, que era investigar as irregularidades cometidas pela Telepar. No entanto, o grampo apareceu e a CPI passou, evidentemente, a dar uma preferência a esse grampo.

Mas, como consequência disso, lamentavelmente, a presidência da Telepar e o Governo do Estado, através da sua Procuradoria, moveram ações e paralisaram o trabalho por 90 dias da primeira CPI, da qual V. Exa. era o presidente, e eu, o relator. Lamentamos profundamente não podermos ter dado continuidade ao trabalho, porque,

vencido o período do grampo, iríamos entrar exatamente nessas situações, nesse dossiê, que temos; que o deputado Plauto Miró Guimarães também tem o deputado Marcos Isfer, enfim, todos os integrantes da CPI têm.

Mas na última Sessão da CPI, muito embora não sendo integrante dela, não pude ficar alheio em aproveitar a oportunidade, até porque pela terceira vez o presidente havia se recusado a comparecer diante da CPI. Fiz questão de comparecer e também tive a oportunidade de dizer frente a frente ao presidente da Telepar, que eu me sentia constrangido naquela momento, de estar fazendo uma afirmação diante dele, que impediu a continuidade do trabalho da primeira CPI, e do presidente que pela terceira vez não atendia a convocação desta CPI.

E manifestava eu naquele momento esse meu constrangimento, dizendo que ele havia perdido a oportunidade de, naquela primeira CPI, ter resguardado e recuperado o nome tão importante da Telepar, que tão bons serviços prestou ao Estado do Paraná, e ele perdeu aquela oportunidade, ao pedir apenas a suspensão do trabalho, ao invés de comparecer e defender a sua empresa.

Mas eu aproveitava também, para dizer da questão do “Manual das facilidades”, que a Telepar divulgou, e que na verdade, dizia à frente do presidente, que esse Manual da Facilidade, também possibilitava a malandragem. Isso possibilitava aquela situação toda.

No manual diz que qualquer um pode pedir uma linha telefônica. Até por telefone público ou por Internet, sem estar presente, sem se identificar, apenas mostrando o seu RG, o seu CPF.

Eu dizia que isso possibilitava, num mundo mais avançado, mais civilizado, globalizado, com a malandragem correndo, ou no seu nome e o senhor não ficar sabendo, e dali 2 ou 3 meses, a fatura chegar na sua conta, e o seu nome estar no Serasa.

Então, tenho certeza que aquilo deixou um pouco irritado o presidente da Telepar, mas muito mais, o trabalho de inquirição feito pelos demais companheiros da CPI, senhor presidente, e isto é importante que se valorize neste momento, de que muitas CPI's foram criticadas aqui nesta Casa, mas é importante destacar o trabalho que essas CPI's têm realizado.

Assim foram as outras CPI's dos combustíveis, roubo de cargas, crime organizado, as CPI's agora de telefonia.

Quer dizer que quando há boa vontade, e quando há, acima de tudo, vontade realmente de investigar, os resultados estão aí.

Essa CPI mostrou as inúmeras irregularidades que a Telepar estava cometendo, e que foram reclamações feitas nos meios de comunicação, aos senhores parlamentares, à imprensa que teve um papel fundamental nisso.

Quer dizer, a arrogância, a falta de educação, a falta de respeito, do Sr. Juan Ramon Aviles, resultou na sua demissão. E isso, graças à atuação desta Casa, senhor presidente.

Por isso, queria neste momento, enaltecer, muito embora não esteja fazendo parte dessa 2ª CPI, mas tenho certeza, se vencido os 90 dias da 1ª CPI que poderemos fazer muito mais trabalho ainda, em prol do povo do Paraná.

Parabéns, senhor presidente.

O SR. TONY GARCIA

Agradeço o aparte do deputado Algaci Tulio, e aproveito para fazer aqui o convite formal da CPI, para que o senhor participe de todas as Sessões.

Amanhã teremos a Sessão da CPI às 9h30min no Plenarinho, e a sua presença nos honra.

Por isso, senhor presidente, para finalizar queria deixar claro, como vinha fazendo as considerações finais, nós temos que ter nesta Casa, a consciência, que a classe política passa por um momento muito difícil, um momento de afirmação para todos nós.

Aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Tony Garcia, quero cumprimentá-lo sobretudo quando diz que a classe política vive momentos difíceis.

É evidente, todo administrador público que pertence ao Executivo, tem páginas e páginas dos jornais.

É normal vocês verem nos canais de televisão, no espaço aberto para membros do Poder Executivo.

Agora, para o Poder Legislativo, quando sai, sai negativo.

V. Exa. concluiu um trabalho da CPI dos Combustíveis, que o deputado Durval Amaral e outros, inclusive, faziam parte: Esse trabalho foi elaborado de forma transparente, correram as audiências aqui na Casa, tivemos a participação, do Ministério Público, V. Exa. junto com os deputados - não tive a oportunidade de ir junto, entregaram ao Ministério Público, uma série de denúncias, entre elas a questão da “Resibril”, aqui de Campina Grande do Sul.

Agora, o que aconteceu, após essa entrega por parte da CPI da Assembléia Legislativa?

Não se ouviu falar mais, o que houve, se andou o processo, se alguém está sendo ouvido, ou se alguém não está sendo ouvido.

Basicamente, as coisas cessam.

Então, mais uma vez, fica constatado o seguinte: se há um Poder que é transparente, é este aqui. Se há um Poder que a população deve considerar, é este aqui, porque os outros, nós não conhecemos o seu dia-a-dia, e as coisas não vêm a público. Aqui tudo acontece de forma transparente. V. Exa. que era relator daquela comissão, convocou todos, convocou o Ministério Público, entregou ao Ministério Público um elenco de denúncia bastante grande e, a partir daí, tudo ficou como antes.

Então, quero cumprimentá-lo, no sentido de insistir para que se faça essas reuniões, porque amedrontam os sonegadores do Estado, aqueles que assaltam o dinheiro

do povo, aqueles que aumentam as tarifas na calada da noite. E se não é o político denunciar, eles fariam ainda muito mais.

Então, com certeza há de chegar num momento que a classe política, sobretudo a que está mais perto do povo, tenha mais respaldo popular. E há de chegar um momento, também, que a mídia deva considerar, como considera nos Estados Unidos, no primeiro mundo, um representante popular.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA

Agradeço o aparte do deputado Neivo Beraldin, mas aqui tenho que fazer justiça a uma colocação sua em relação ao Ministério Público do Paraná.

O Ministério Público do Paraná esteve acompanhando a CPI dos Combustíveis. Em todas as Sessões tivemos a participação de dois promotores, em todas as reuniões, inclusive em algumas diligências externas tivemos a participação do Ministério Público. E ali, com grande alegria um editorial da Folha de Londrina que diz o seguinte no título.

(Lê):

“Fazendo-se justiça

Não se pode afirmar que todas as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) ‘terminam em pizza’, como diz a linguagem popular. Agora mesmo o Ministério Público, no Paraná, acaba de denunciar 31 postos de combustíveis por adulteração de gasolina, e isto se deve aos resultados da CPI da Assembléia Legislativa criada para apurar denúncias dessa fraude.

Trabalharam em conjunto, nessa tarefa, os integrantes da Comissão de Inquérito e a Promotoria de Defesa do Consumidor, o que resultou no encaminhamento de ação penal à Justiça, denunciando os fraudadores.

A Promotoria de Defesa do Consumidor chegou a se antecipar à CPI, em certos casos, recolhendo amostras e enviando-as para exame em laboratórios, e à medida que os resultados eram conhecidos encaminhava os inquéritos para as respectivas comarcas.

A ação foi rápida, a demonstrar que, quando há empenho, é possível romper barreiras, avançar nas investigações e colher resultados imediatos, como agora ocorre.

Os postos denunciados localizam-se em cidades de todos os pontos do Paraná, grandes e pequenas, evidenciando como a desonestidade imperava, sem temor de punição.

Acredita-se que a deterioração de combustíveis ainda esteja ocorrendo, mas a ação da CPI e do Ministério serve de alerta, e com certeza provocará um recuo nas fraudes, ao tempo em que encoraja o consumidor lesado a denunciar os criminosos. Que não são nada diferentes dos marginais que assaltam, roubam e violentam. Gasolina deteriorada danifica o motor - parte vital de um bem

valioso, que é o veículo - adquirido com sacrifício pela maioria dos que o possuem. Esses fraudadores têm consciência do dano que o combustível deteriorado causa, e deveriam ser responsabilizados judicialmente também por esse prejuízo.

O trabalho da CPI, a denúncia do Ministério Público e o início da ação penal são alentos para o já desesperançado brasileiro, vítima de desmandos e arbitrariedades governamentais e também de uma dominante ausência de escrúpulos do poder econômico, que fraudava, abusava, especulava financeiramente a clientela e comete, enfim, toda sorte de crimes contra a economia popular.”

É justamente isso que traz aqui o relato e aqui tinha também a entrevista dos promotores do Ministério Público do Paraná, aonde se faz justiça também, aos trabalhos bem feitos desta Casa.

Por isso, senhores deputados, começam hoje, mais quatro novas CPI's. É responsabilidade desta Casa dar o andamento necessário para trazermos resultado para toda a sociedade paranaense. Esta Casa precisa hoje, mais do que nunca, resgatar o que sempre foi dela: o povo mais perto desta Casa, para que possamos levar os resultados, que aqui todos nós sabemos o nosso dever.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade ao Horário das Lideranças. PSDB.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, está nas suas mãos um documento muito bonito do nosso companheiro e colega, Hidekazu Takayama, que foi homenageado em Brasília como o Cidadão Honorário de Brasília.

Homenagem bonita, dando grandeza a nossa Assembléia. O deputado Takayama, nós sabemos é um dos grandes pregadores do evangelismo da América Latina, já chegou a ser o maior pregador da América Latina. Depois, com a sua ocupação política, acabou não tendo essa facilidade de viajar. Por exemplo, sexta-feira ele estará viajando para os Estados Unidos, onde fará pregações em Atlanta.

Takayama, parabéns, um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência quer externar também os seus cumprimentos ao deputado Hidekazu Takayama. E tenho a certeza que esta homenagem, ele divide com todos os senhores parlamentares do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu não poderia deixar de vir aqui e falar sobre a Copel. Estivemos bem longe dos olhos do povo do Paraná, lá na praça do Rio de Janeiro para executar o lei-

lão da Copel, empresa que, pelo governo do Estado, foi avaliada em quatro bilhões e trezentos milhões de reais, o controle acionário. Se retirarmos o valor intangível, novamente aplicado no mercado internacional, vamos estar entregando a empresa, 100% da Copel, por dez bilhões e meio de reais.

Ora, é uma verdadeira dilapidação do patrimônio público do nosso Estado. Evidentemente que muitos não gostam de ouvir esse discurso, porque fere não só o foro íntimo, mas fere, sobretudo, a dignidade do paranaense. Aqueles, em especial, que têm a responsabilidade por esse processo, com certeza vão ter os seus nomes escritos na história do Paraná.

Uma empresa que qualquer consultor, ou qualquer consultoria séria que se fizer, vai achar valor de vinte e cinco a trinta bilhões de reais para construir uma nova Copel, e o governo do Estado, senhor presidente, senhores deputados, tem a desfaçatez de apresentar um valor de dez bilhões e meio de reais!

Se você considerar quatro bilhões e trezentos e cinquenta e um milhões para os 31.08, tirando dele o valor intangível na ordem de 35% sobre o valor dos 31, estaremos encontrando um valor de dez bilhões e meio de reais. É o valor pelo qual a Copel está sendo entregue. Valor esse que não dá, não soma mais do que quatro milhões de dólares. Cem por cento da Copel está sendo entregue por quatro milhões de dólares!

Ora, é uma entrega descarada e deslavada do patrimônio público do nosso Estado.

Mas, mais do que isso, observamos e conseguimos entender, inclusive quando o governador Jaime Lerner, com a mesma tranqüilidade com que vendeu a Copel, hoje, deputado Cezar Silvestri, afirma que o Paraná já esqueceu o Banestado, que no Paraná ninguém mais fala, deputado Algaci Tulio, da entrega do Banestado e que foi apenas um momento de exploração política da Oposição e não uma defesa de um patrimônio, que pertenceu a todos os paranaenses e em todos os momentos da vida econômica e política do nosso Estado. O Banestado sempre se fez presente, enquanto instituição ou enquanto atuação. E aí, hoje, vem o governador e diz: Vão esquecer, como esqueceram o Banestado. Ninguém mais fala no Banestado...

Deputado Cezar Silvestri, propondo aqui ao Bloco de Oposição, ao bloco independente, que toda quarta-feira, vamos fazer a quarta-feira do Banestado, para que o governador não venha a público dizer que esquecemos do Banestado. mas que cada quarta-feira, daqui até o final do mandato do governador Jaime Lerner, façamos aqui um revezamento desta tribuna e um deputado venha falar sobre o Banestado. Que um deputado venha trazer aqui as informações do Banestado, deputado Irineu Colombo, porque ele não terá mais a justificativa diante da sociedade, de dizer que esta Casa esqueceu o Banestado. Ele, sim, pode ter esquecido com o seu governo, do que foi o Banestado para o Paraná, mas a população não esquece, assim como não esquecerá a Copel.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Está ficando claro para toda a sociedade paranaense, que o Governo do Estado organizou, através de todos os seus interlocutores, um trabalho para denegrir a imagem da Copel, para que o consumidor passe a ter raiva dessa empresa, que durante os últimos 50 anos trouxe o desenvolvimento para o nosso Estado. Deixou de respeitar ex-governadores, como: Bento Munhoz da Rocha, Ney Braga, Parigot de Souza. Inclusive, no dia da votação do projeto de iniciativa popular, aqui estava o filho do ex-governador Pedro Parigot de Souza, que chorava no corredor, quando perdemos por um voto. Ele disse que o pai dele deu a vida para a empresa, para a Copel. Eu, realmente, acompanhei isto, como engenheiro civil, como um dos estudantes à época, que trabalharam na Universidade Federal do Paraná, no Departamento de Hidráulica. Isso está ficando muito claro: a Copel é incompetente; a Copel cobra a tarifa mais cara; a Copel não tem sensibilidade; a Copel poderia ser muito mais competente; e um monte de contradições.

Na verdade, o que o governo quer é justificar o injustificável. Mesmo a Copel incompetente, com a tarifa mais cara, com todos os seus erros administrativos e com o presidente da empresa depreciando-a em todos os momentos, as ações subiram, a empresa deu 430 milhões de lucro!

Enfim, com tudo isso, a população do Paraná - não podemos deixar que ela esqueça, deputado José Maria Ferreira, que com tudo isso, com toda essa incompetência - apresentou um projeto, dizendo que essa empresa não fosse vendida. Com todos os seus defeitos, que o governo alega - esquecendo de que quem indica o presidente da Copel é o governador, que poderia demiti-lo, se não tem sensibilidade - a Copel está na mão do governo Jaime Lerner há seis anos. Ele poderia demitir o seu presidente, colocando alguém com sensibilidade que fosse mais eficiente e que colocasse uma tarifa menor. Ele não fez nada disso.

O que não podemos esquecer é que com todos esses defeitos, a população do Paraná, em uma atitude de lucidez e de visão estratégica para o futuro, disse: Eu não quero que essa empresa seja vendida, porque será fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero fazer um comparativo, daqui a um ano, dois, quando a Copel for privatizada - acredito ainda, que na Justiça consigamos que ela não seja -, de tarifa, com a tarifa que está hoje, quando ela estiver na mão da iniciativa privada, com o monopólio na mão da iniciativa privada, com o setor de geração e transmissão. Porque comparar com distribuidora - distribuidora se pode montar em cada cidade, em cada local. Agora, Rio Iguaçu, ninguém mais faz. As hidrelétricas que foram feitas ao longo dos anos, toda a capacidade hidráulica, praticamente já foi esgotada - é um grande potencial do nosso Estado. Se somarmos todas as possibilidades, que venham a ter de novas hidrelétricas, não chegarão jamais ao Rio Iguaçu.

A iniciativa privada não está proibida, se ela quer investir, que construa hidrelétricas nos rios menores e coloque essa energia para ser vendida no sistema integrado, como tanto se apregoa!

Agora, o que não pode na verdade, o que nós não podemos como paranaense é admitir essa verdadeira descharacterização e desmobilização no valor que está sendo feito pela Copel, através do Governo.

O que é mais grave, deputado José Maria, isto tem motivo, ninguém pode ser ingênuo. Existe uma denúncia e hoje não é mais denúncia, está ficando claro, que foi trabalhado para que a Copel fosse super avaliada, porque a Comissão Internacional que ocorre em privatizações dessa natureza - não vou dizer o valor aqui para não cometer erro de número, porque você tem que ser precioso -, mas dando como exemplo, gira em torno da 1% à Comissão Internacional, para a empresa que opera, que faz todo o serviço de privatização. Mas, existe uma tal de “taxa de sucesso”, que é o valor atribuído àquilo que a empresa consegue no leilão acima do valor avaliado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O nosso ágio.

O Sr. Cezar Silvestri

Exatamente, e que a Comissão vamos dizer, se for 1% pula para 3%, 5% dependendo das partes do acordo. Aí que está o grande negócio!

É isso que nós temos que questionar. Por que é que subavaliaram o Banestado? Por que é que subavaliaram a Copel? Qualquer pessoa de bom senso sabe que a Copel vale, no mínimo, o dobro do valor que foi avaliada!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado, pelo aparte, deputado Cezar Silvestri.

Hoje, nós encontramos uma outra justificativa. Antes esse Governo só tinha uma justificativa, dizendo da incapacidade da Copel em concorrer, dizendo que essa empresa era incapaz de atuar no mercado livre. Hoje, já encontrou uma outra: a desqualificação da empresa, enquanto competência, enquanto eficiência.

É por esses caminhos que vamos estar vendendo a Copel neste Governo, por ele, mas não pela população do nosso Estado, que tem sido firme na forma de dizer não à venda da Copel.

Mas, se ela tem hoje o seu valor patrimonial de quatro bilhões e novecentos milhões, do Balanço de 31 de dezembro e, hoje nós estamos vendo o Balanço, o controle, o patrimônio dela contábil tem quatro bilhões e novecentos.

Vem um governo, contrata um consórcio de empresa, que sequer, se pretende têm a competência e conhecimento e, avalia a Copel em quatro bilhões e trezentos e cinquenta e um milhões. O valor de 31 de dezembro para quatro bilhões, dez milhões e meio, valor integral da Copel.

Ora, além da “taxa de sucesso”, deputado Cezar Silvestri, nós temos uma outra que é a razão da subavaliação do Banestado, ao comprador. É atribuído 30% de abatimento do imposto de renda sobre a “taxa de sucesso” ou o ágio.

Se nós vendermos a Copel por oito bilhões, os 31% das ações, em controle do Estado terá um ágio de quatro bilhões de reais.

Quatro bilhões vezes 30%, é um bilhão e duzentos milhões, que ainda sagrará nos cofres da receita pública!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, com todo o respeito eu só gostaria que me fosse destinado o mesmo tempo que foi destinado ao deputado Fernando Carli.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele usou o Horário do Grande Expediente, nobre deputado V. Exa. não requereu.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Foi mais de uma hora!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O seu relógio acho que não está funcionando bem. Amanhã acho que vou trazer-lhe um relógio de presente.

Vou fazer questão de dar-lhe um presente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu aceito, inclusive um à Casa, para por ali.

Sempre respeitei, sou muito educado com a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu também, sempre fui respeitoso com V. Exa.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA

Só que V. Exa. está tratando diferente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, eu sempre fui respeitoso com V. Exa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não vou discutir com a Mesa. Fica aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o seu protesto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não discuto com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E nem essa Mesa discute com qualquer senhor parlamentar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, aqui está o verdadeiro motivo e, agora pior ainda, se esta Casa não aceitar um projeto de plebiscito. Aí sim, que ela vai sacramentar o pacto da entrega do patrimônio público. No desrespeito da vontade, da decisão da maioria do nosso povo.

Aí, senhores parlamentares, nós teremos que tomar uma atitude enquanto cidadão. Não enquanto homem público, mas enquanto cidadão, enquanto homens que pensam e esperam que possamos ter um futuro melhor para todos nós.

Por isso espero que a Mesa dê encaminhamento no acolhimento do projeto de plebiscito, porque assegura a Lei nº 9704, assegura o Regimento Interno, assegura a Constituição, no seu artigo 14, e não tem porque esta Casa deixar de admitir, porque fora disso, estaremos tendo mais um absurdo cometido contra a população do nosso Estado, mais uma atitude contra a vontade determinada da população do nosso Estado. Saiam nas ruas e vão colher aquilo que pensa a população. E não é porque é difícil explicar tecnicamente a venda da Copel: não se explica e não se convence a população, porque quanto diz que ela é o carro do ano, aí ninguém convence, senhor presidente.

Agora, se explicar as verdadeiras razões por quê estão vendendo a Copel e a entrega deste patrimônio, com certeza a população não acatará mesmo!

Esperamos que esta Casa, sob a sua Presidência, acolha o projeto de decreto legislativo, que permite que possa ouvir o Paraná, que possa ouvir o cidadão lá da barranca do Paraná, com aquele da barranca do Iguaçu. Com certeza teremos um resultado diferentes daquilo que se produziu, aqui.

E é o momento dos senhores deputados que apoiaram a venda da Copel, permitindo, autorizando o senhor governador vender a Copel, transferindo, a este mesmo governador, a responsabilidade de convencer a sociedade do acerto, da oportunidade e do interesse público que reflete a venda da Copel.

Agradeço pela tolerância, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as Comissões Parlamentares

de Inquérito. **Recebido. À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para formarem as CPI's, na função de titulares e suplentes. **Recebido. À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem as CPI's a serem instaladas nesta Casa. **Recebido. À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do deputado para compor a CEI - Comissão Especial de Investigação para apurar irregularidades na Administração das Instituições de Ensino Superior. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que farão parte da CEI que irá apurar irregularidades junto à Administração das Instituições de Ensino Superior no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, solicitando substituição nos nomes dos deputados para compor a CPI do Rio Iguaçu, na qualidade de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Parecer nº 22/2001, da Procuradoria Geral da Assembléia, constante do expediente, referente ao projeto de decreto legislativo de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira e outros deputados, apresentado na Sessão Plenária do dia 03 do corrente mês. **Junte-se ao projeto do senhor deputado José Maria Ferreira.**

Parecer nº 21/2001, da Procuradoria Geral da Assembléia, constante do expediente, referente ao projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, apresentado na Sessão Plenária do dia 14 de agosto do corrente ano. **Junte-se ao projeto do senhor deputado estadual Tony Garcia.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2864, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a Inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados em junho e julho de 2001 - Resolução nº 15, de 19/06/1992. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do ressarcimento para atender as despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19.06.1992, artigo 14, período de junho e julho de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2001.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioimento:

Nereu Moura, Luiz Accorsi, Tony Garcia e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 77/2001

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela que relata a prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, relativos aos meses de junho e julho de 2001, regulamentada pela Resolução nº 15, de 19.06.1992.

Analisando o relatório da aplicação supracitada, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto às contas prestadas.

Assim sendo, entende este relator pela aprovação da presente proposição nos termos de sua regulamentação.

É o parecer, favorável.

Sala das Comissões, em 29.08.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena, com sede e foro no município de Agudos do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13/08/2001.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do Bairro Monte Castelo, com sede no município de General Carneiro e foro na comarca de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 320/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do bairro Monte Castelo, com sede no município de General Carneiro e foro na comarca de União da Vitória.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede na cidade de Sertaneja e foro na comarca de Cornélio Procópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 316/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede na cidade de Sertaneja e foro na comarca de Cornélio Procópio.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 307/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 321/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Universidade da Água - Uniágua, com sede e foro no município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 311/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Universidade da Água - Uniágua, com sede e foro no município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do artigo 1º, inciso I da Lei nº 6.994/78, onde estabelece a obrigatoriedade de a entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta

Comissão de Constituição de Justiça manifestata-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, com sede e foro no município de Guamiranga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, do município de Chopinzinho - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente "Santa Terezinha do Menino Jesus", do município de primeiro de maio, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção de usina termoeletrica na zona industrial ZI-1, do município de Araucária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 06 (seis) de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 325/2000

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 325/2000, conforme redação a seguir:

"Art. 2º -.....

...

...

Parágrafo Único - O empreendedor deverá cumprir todas as exigências previstas no licenciamento ambiental".

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Tureck, Nelson Garcia, Moysés Leônidas, Tiago Amorim Novaes, Durval Amaral, Divanir Braz Palma.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 325/2000, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A construção da usina mencionada no artigo 1º desta lei, ficará condicionada ao que estabelece o artigo 209, da Constituição Estadual bem como à discussão do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) em audiência pública, com a participação de representantes do Poder Executivo, Legislativo e das populações atingidas pelo empreendimento, além da concessão do licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, na forma da lei.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, SERAFINA CARRILHO, ALGACI TULIO, ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, NEIVO BERALDIN, ANTONIO ANIBELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 325/2000 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Esta lei entrará em vigor após a realização, discussão de conclusão todos os procedimentos relativos ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima) a ser realizado na área mencionada pelo artigo 1º da presente lei.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(aa) ALGACI TULIO, LUCIANA RAFAGNIN, ORLANDO PESSUTI, NEIVO BERALDIN, ÂNGELO VANHONI, SERAFINA CARRILHO, ANTONIO ANIBELLI, WALDYR PUGLIESI.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Emenda substitutiva ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção de usina termoeletrica na zona industrial do município de Araucária, oferecida nos termos seguintes:

“Art. 2º - A construção da usina mencionada no artigo anterior, está sujeita à realização de estudo prévio de impacto ambiental e à concessão de licença prévia fornecida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) dos quais se dará publicidade.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Waldyr Pugliesi, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 225, parágrafo 1º inciso IV, da Constituição Federal e os artigos 207, parágrafo 1º, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, estabelecem que cabe ao Poder Público, para efetividade do meio ambiente, exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná também dispõe que a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e de aprovação da Assembléia Legislativa.

A interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais leva à conclusão de que a realização do estudo de impacto ambiental deve ser prévio, isto é, anterior, antecedente a.

A necessidade do estudo de impacto ambiental ser prévio foi recentemente enfatizado pelo Supremo Tribunal Federal.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.086- SC, relator o ministro Ilmar Galvão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o artigo 182, parágrafo 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, que dispensava o estudo prévio de impacto ambiental no caso de áreas de florestamento ou reflorestamento para fins empresariais.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que a disposição da Constituição do Estado de Santa Catarina violava justamente o artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, da Constituição Federal.

Nessas condições, a emenda ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 325/2000, visa adequá-lo à exigência constitucional, que impõe o estudo prévio de impacto ambiental.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Emenda Aditiva: acrescente-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 325/2000, como artigo 3º remunerando-se os demais, contendo com a seguinte redação:

Art. 3º - Além da discussão e aprovação do Eia/Rima, (Estudos sobre Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente), a aprovação da construção da referida usina termoeletrica fica condicionada à realização de plebiscito no município de Araucária, tendo como resultado a aprovação.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) LUCIANA RAFGANIN

Apoiamento:

Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pelo fato de que a construção da referida usina termoeletrica irá causar grande impacto junto à população daquele município, tanto no aspecto ambiental, quanto no aspecto econômico.

Neste sentido, se faz necessário ouvir a população para que esta diga se quer ou não a construção da usina termoeletrica, a qual deve ficar condicionada ao resultado do plebiscito, pois ninguém melhor que a população local para dizer o que é melhor para si.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Fica alterado o artigo 2º, do Projeto de Lei nº 325/2000, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A construção da usina mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada à discussão de Impacto Ambiental (Rima) em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Humanos Hídricos e à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná, IAP, com emissão da licença prévia (LP) na forma da lei”.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário.

O projeto retorna à Comissão de Justiça. Vamos encerrar a Discussão.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, este projeto deverá também ir à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito após passar pela Comissão de Constituição e Justiça, que seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente para, em 48 horas, proceder a sua análise.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Vamos votar o projeto, ressalvada a Emenda de Plenário.

Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Vamos votar a Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ. **Aprovada.**

Respondendo ao Plenário e ao deputado que questionou e também aos deputados que apresentaram o projeto, inicialmente o projeto de autoria do deputado Tony Garcia, nós solicitamos ao 1º Secretário a leitura do parecer da Procuradoria Geral, bem como, antes, que se leia o parecer do diretor legislativo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Lê):

“Diretoria Legislativa

Em referência ao Projeto de Lei apresentado na Sessão Plenária do dia 14 de agosto, de autoria do deputado Tony Garcia, que tem por objetivo proibir em todo o território do Estado do Paraná, a venda ou concessão de geração de energia elétrica, temos a informar:

Da existência de três proposições com conteúdo similar:

01) Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, rejeitado pelo Plenário, em 14.08.2001;

02) Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, rejeitado pelo Plenário desta Casa no dia 20.08.2001;

03) Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que foi arquivado em 20.08.2001, de acordo com o Artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Diretoria Legislativa, em 05.09.2001.

(a) SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

PARECER Nº 21/2001
DA PROCURADORIA GERAL DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em cumprimento ao respeitável despacho do Exmo. Sr. Presidente deputado Hermas Brandão, recebemos no dia 06 do mês em curso, para emitir parecer sobre o contido nas informações que lhe foram prestadas pela Diretoria Legislativa deste Poder, com referência ao

projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, apresentado na Sessão Plenária do dia 14 de agosto do corrente ano - sobe o que temos a honra de nos pronunciar, a seguir:

1 - Com a propositura do supra mencionado projeto de lei o autor objetiva a proibição em todo território do Estado do Paraná, a venda ou concessão de geração de energia elétrica.

2 - Para análise da proposição em comento, atentamos à necessidade de fixar parâmetro ao exame da matéria em consonância com as disposições do Regimento Interno desta Casa de Leis, especialmente no que concerne sobre o assento previsto no Título IV, do Regimento Interno, que consigna as normas da elaboração legislativa e no seu Capítulo I, do Título, a definição concreta das proposições em geral, através dos artigos 118 a 121 e a tramitação dos projetos legislativos na Seção I, do mesmo Título, através dos artigos 122 a 127, dos quais destacamos *in verbis*:

“Art. 118 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

Art. 119 -...

§ 2º - Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

3 - Dentro dos ditames destes princípios orientadores de toda a elaboração legislativa, a despeito da sua discutida natureza política, devem obrigatoriamente ser observados todos os procedimentos regimentais, desde da propositura até a final decisão.

4 - No cotejo das normas regimentais acima elencadas, como projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, há pelo menos três razões que impedem o seu prosseguimento. Cada um deles é razão bastante, isoladamente, para obstar de plano o seu andamento. São elas:

I - Conexão por similitude com projetos de lei, resolução, anteriores, rejeitados, arquivados, mesmo apresentando redações diferentes porém com os mesmos objetivos, a saber:

a) Projeto de Lei nº 240/2001, de autoria do deputado Braz Palma, rejeitado pelo Plenário, em 14.08.2001;

b) Projeto de Lei nº 248/2001, de iniciativa popular, rejeitado pelo Plenário desta Casa no dia 20.08.2001;

c) Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que foi arquivado em 20.08.2001, por decisão do presidente desta Casa.

II - Inconstitucionalidade, pois a concessão de geração de energia elétrica é matéria da competência exclusiva da União, nos termos do Art. 21, XII, “b” e 22, IV da Constituição Federal.

III - A renovação de projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, a exemplo dos projetos de lei anteriores, arquivados ou rejeitados, objetiva na realidade impedir a venda da Copel autorizada que foi pela Lei nº 12.355/98.

Tendo em vista as razões levantadas contrárias ao projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, opinamos smj. pelo indiscutível arquivamento, através de ato do senhor presidente, com fulcro no parágrafo 2º do artigo 118, e no artigo 127, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Salientando-se ainda, que independentemente da decisão proferida quer pelo arquivamento ou pela aprovação do projeto de decreto legislativo, sobre o qual nos manifestamos, o Supremo Tribunal Federal ao julgar matéria similar relativa à tramitação de projetos da Câmara Federal com base ao princípio da Independência dos Poderes, decidiu “Mandado de Segurança 20.471. Processo Legislativo no Congresso Nacional. *Interna corporis*. Matéria relativa à interpretação pelo presidente do Congresso Nacional, de normas de Regimento Legislativo é imune à crítica judiciária, circunscrevendo-se no domínio *Interna corporis*”. (**Diário da Justiça da União de 22.02.85, Relator Ministro Francisco Rezek**).

No mesmo sentido foram julgados: Mandado de Segurança nº 22.494, julgamento de 19.12.96 (DJU de 27.07.97) e Mandado de Segurança nº 22.503, julgamento de 08.05.96 (DJU de 06.06.97).

Portanto, a exemplo das decisões transcritas, por reiteradas vezes, quanto à tramitação de projeto em Casas legislativas tem a Suprema Corte, historicamente, decidido tratar-se de matéria *interna corporis* cuja decisão, no seio dos Parlamentos, são definitivas, e, como tais, insuscetíveis de modificação, inclusive pelo judiciário.

É o parecer.

Curitiba, em 10.09.2001.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

O SR. TONY GARCIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, diante destas considerações que ouço agora, proferidas pelo 1º secretário, eu pediria a esta Mesa que me concedesse 24 horas para que eu obtivesse o Parecer na mão, para poder fazer um relato a esse respeito, e devolver isto para a Sessão de amanhã, senhor presidente, pela parte da manhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou deferir o seu pedido e solicitar que encaminhe a V. Exa. cópia do Parecer, tanto do diretor legislativo como do procurador geral da Casa, Dr. Ayrton da Costa Loyola.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas um registro, se me permite. Que bom que o Dr. Ayrton não deu um parecer anterior à discussão do projeto de iniciativa popular. Se ele dá um parecer, segundo ele, o Supremo Tribunal Federal jamais aceitaria que se votasse um horrível projeto como este, de iniciativa popular.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em relação ao projeto do deputado José Maria Ferreira e subscrito por mais 23 senhores parlamentares, solicito também ao deputado Valdir Rossoni, 1º Secretário da Casa a leitura do parecer do diretor legislativo, e o parecer do procurador geral.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Procede à leitura**)

“**Diretoria Legislativa**

Em referência ao projeto de decreto legislativo, apresentando na Sessão Plenária do dia 03 de setembro, de autoria do deputado José Maria Ferreira, e outros deputados, que tem por objetivo a realização de plebiscito para que o eleitorado do Estado do Paraná opine sobre a privatização da Copel, decidindo se o Estado pode ou não vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia, temos a informar:

Da existência do Projeto de Resolução nº 06/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira e que o projeto foi arquivado em 13.08.2001, por requerimento do autor.

Diretoria Legislativa, em 05.09.2001.

(a) SEVERO OLIMPIO SOTO MAIOR

Diretor Legislativo

PARECER Nº 22/2001

DA PROCURADORIA GERAL DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em cumprimento ao respeitável despacho do Exmo. Sr. Presidente deputado Hermas Brandão, recebemos no dia 06 do mês em curso, para emitir parecer sobre o contido nas informações que lhe foram prestadas pela Diretoria Legislativa deste Poder, com referência ao projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros senhores deputados, apresentado na Sessão Plenária do dia 03 de setembro do corrente ano - sobre o que temos a honra de nos pronunciar, a seguir:

1 - Com a propositura do supra mencionado projeto de decreto legislativo, os autores objetivam convocar plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir

sobre a venda pelo Governo do Estado do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

2 - A Lei Federal nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto dos incisos I, II e III do art. 14, da Constituição Federal, dispõe em seu capítulo I, que a soberania popular é exercida por sufrágio universal, na forma de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

3 - O parágrafo 2º do artigo 1º, dispõe que “referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição”.

4 - A proposição apresentada convoca a população paranaense para a realização de plebiscito, que de acordo com a referida lei, em seu parágrafo 1º do artigo 1º, é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

5 - Saliente-se que à questão Copel, está vinculada a Lei aprovada, sancionada e publicada, nº 12.355/98, que autoriza o Poder Executivo a alienar as ações da Copel, e também promover a reestruturação societária da Empresa.

6 - Portanto, o princípio da anterioridade da norma vigente, à luz da boa hermenêutica, nos conduz o entendimento de que a população deveria manifestar-se referendando ou não, à autorização concedida ao Poder Executivo.

7 - A proposição em epígrafe, visa convocar plebiscito, desconsiderando integralmente os mandamentos da norma anterior, pois a consulta plebiscitária, na forma direta apregoada, não se aplica no fato em questão, cumprindo-nos salientar que, o que deveria ser proposto, seria a uma consulta popular no sentido de obter-se referendo ou não, à autorização dada na Lei nº 12.355/98, e não na forma em que se encontra, visando plebiscito para consultar sobre a venda das ações da Copel.

8 - De forma clara, esta Procuradoria, manifesta-se opinando ao senhor presidente, que devem ser distintas as duas situações fáticas, para melhor entendimento e compreensão por parte dos demais nobres da Casa.

1) - Está se propondo a convocação de plebiscito para decidir sobre a venda das ações da Copel.

- Quando:

2) - Dever-se-ia objetivar legislativamente a busca de referendo ou não aos preceitos, contidos na Lei nº 12.355/98 que autorizou a venda de ações da Copel.

- Ocorreu um insanável vício de forma na iniciativa da Proposição de Decreto Legislativo em questão.

- Em sendo assim, com base no Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 9.709/98, e no artigo 127, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tendo em vista a existência no Projeto de Resolução nº 06/2000, versando sobre a mesma matéria, também de autoria do deputado José Maria Ferreira, arquivado a pedido do autor, opinamos pelo arquivamento da proposição.

É o parecer salvo melhor juízo.

Curitiba, em 10.09.2001

a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral”

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito ao Dr. Ayrton, não posso concordar com o parecer, porque fez uma pequena confusão entre plebiscito e referendo. Fez confusão entre anterioridade e posterioridade.

A legislação estabelece plebiscito, consulta popular para atos legislativos e administrativos. Não estamos tratando do mesmo projeto nº 06/2001 e nem da iniciativa popular. A iniciativa popular é muito clara, impede e retira do governo autorização para a venda da Copel. O projeto de plebiscito não retira nada, portanto não está no mesmo sentido. Ele abre uma possibilidade da consulta popular. Não sabemos qual será o resultado da consulta, se ela será da venda ou não. Então, não é projeto concorrente.

Portanto, em função disso, em função inclusive, do que estabelece o artigo 3º, fala de um terço dos parlamentares, do 9709, solicito a V. Exa., senhor presidente, que nos dê 24 horas, para que possamos analisar, antes que o senhor profira e para que possamos apresentar o contra razoável à própria Mesa Executiva, no sentido de fazer com que tenhamos aqui, o respeito à lei e não o seu vili-pêndio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro a sua solicitação e determino que seja encaminhado a V. Exa. a cópia do relatório do diretor legislativo e do parecer do procurador geral da Assembleia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes dos requerimentos, vamos solicitar ao 1º secretário a leitura do Ato do Presidente nº 06/2001.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Lê):

“**Ato do Presidente nº 06/2001**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título III, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos deputados Fernando Ribas Carli e Moysés Leônidas, na Sessão do dia 113 de agosto de 2001, com fundamento no § 2º do artigo 62 da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 35 do Regimento Interno, para, que no prazo de 60 (sessenta)

dias, apure junto às instituições de ensino superior da rede pública estadual, as irregularidades constantemente divulgadas na mídia, tais como mal versação de recursos, contratação de pessoal, nepotismo. Publique-se no Diário da Assembléia Legislativa do Estado, para que produza os efeitos legais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está constituída, então, Comissão Especial de Investigação composta por 11 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento do senhor deputado Luiz Carlos Martins - já é matéria vencida - falando da indicação dos nomes para as Comissões Parlamentares de Inquérito que foi instalada na última quinta-feira.

Requerimento nº 2804, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk e demais deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Nereu Moura, queiram levantar-se.

Quatorze (14) senhores deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) senhores deputados rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 2805, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Nereu Moura, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Serafina Carrilho e demais deputados, constantes do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pedido verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Algaci Tulio, queiram levantar-se.

Dezessete (17) senhores deputados.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) senhores deputados.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 2828, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2843, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Marcos Isfer, queiram levantar-se.

Dezessete (17) senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) senhores deputados.

Está **rejeitado.**

Requerimento nº 2857, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente.

Esta Presidência encaminhará a solicitação do deputado Algaci Tulio ao DNER.

Requerimento nº 2863, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, consante do expediente.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Neivo Beraldin, queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BEERALDIN

Senhor presidente, está em processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim, está em processo de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, requeiro, então, a retirada do requerimento, e vou apresentá-lo com mais detalhes na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será retirado.

Requerimento nº 2775, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2803 e 2854 a 2856, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2791, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2797 e 2798, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2799 a 2802, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2811, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2815 e 2844, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2816, 2817 e 2865, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2818 a 2827, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2829, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2832, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2833 a 2835, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2836, 2837 a 2840 e 2851, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2841, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2842 e 2861, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2845 a 2849, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2850, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2853, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2859, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2806, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queremos registrar, na data de hoje, o aniversário da nossa deputada Luciana Rafagnin, que colhe mais uma flor no jardim.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os cumprimentos à nobre colega por mais um aniversário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 249, 266, 276, 278 e 286/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 311 e 321/2000; 307, 316, 320, e 340/2001 e do Projeto de Resolução nº 023/2001.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 279, 300, 301, 302, 308, 313 e 322/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ELI GHELLERE, EM SESSÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2001.

Rede de lojas doa 1% das suas vendas à Pastoral da Criança

Gazeta Mercantil
Alberto Sena
asena@gazetamercantil.com.br

O senso de responsabilidade social, somado ao sumiço dos consumidores do mercado, forçados pelo desaquecimento da economia, vem levando os empresários a apelarem para a criatividade a fim de manter as vendas. Um exemplo dessa conjunção de fatores é dado pela rede Wal-Mart Supercenter, com 12 lojas no Brasil.

Desde o início deste mês, a rede realiza o que batizou de “Festival Bebemania”, por meio do qual 1% de toda a venda será doada à Pastoral da Criança, organização da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada e coordenada pela médica sanitária Zilda Arns Neumann, integrante do Fórum de Líderes Sociais do Brasil.

A pastoral, indicada por lideranças sociais e pelo governo brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz deste ano, atua nas áreas de saúde, nutrição, educação, infantil e cidadania. Cerca de 1,7 mil itens da linha infantil serão vendidos a preços ainda mais baixos, tendo em vista o sucesso da campanha.

A fim de que o consumidor conheça mais o trabalho que a pastoral desenvolve no País, onde conta com mais de 130 mil voluntários em todos os Estados, as lojas da Wal-Mart vão exibir um vídeo institucional. O trabalho de organizar as comunidades em torno de uma ação que visa a promoção humana no combate à mortalidade infantil, à desnutrição e à marginalidade social, deu à pastoral visibilidade no mundo inteiro.

Se essa moda pegar, muitas outras empresas vão trilhar o mesmo caminho, considerando que a responsabilidade social são hoje duas palavras em voga. Em parceria com a marca de fraldas Pampers, a Wal-Mart elaborou um calendário de palestras para orientar futuras e jovens mães no dia-a-dia com os seus bebês.

O pediatra Sergio Graff coordenou o conteúdo de palestras que serão dirigidas aos consumidores. São assuntos como cuidados com o recém-nascido, a importância e a forma adequada de amamentar o bebê, como acompanhar o desenvolvimento neurológico e psicomotor e prevenção de acidentes na infância.

As 12 lojas da rede exibem durante todo este mês, cartazes, banners, faixas e material informativo sobre a Pastoral da Criança. O objetivo é atrair a atenção do público para o evento e para a doação. Segundo disse Zilda Arns ao ser homenageada no Fórum de Líderes Sociais do Brasil, cada criança atendida pela pastoral custa menos de R\$1,00 por mês.

Há dois anos a rede faz este tipo de promoção, nos meses de março e setembro. Mas esta é a primeira vez que dedica parte da venda a uma entidade social. Livia Azevedo, diretora de Assuntos Corporativos da Wal-Mart Brasil, disse que a Pastoral da Criança foi escolhida por causa do importante trabalho que executa em benefício das crianças.

“Além dos nossos projetos comunitários, já implantados no Brasil, poderemos ajudar outras milhares de crianças carentes, e, para isso, contamos com a cola-

boração de todos os brasileiros para que possamos entregar uma boa quantia à entidade”, disse a diretora.

Para Zilda Arns, a solução dos problemas sociais, requer decisão política e a solidariedade humana. Por isso, segundo ela, as parcerias são de fundamental importância na busca da realização do trabalho que executa no País. A pastoral não tem o menor problema em firmar parcerias com os empresários, por exemplo.

A Wal-Mart tem tradição de investimento no social. A direção da empresa assegura que realiza doações para hospitais infantis e organizações não-governamentais, nos dez países onde está instalada. E faz mais: levantou US\$9,2 milhões para programas especiais de educação e treinamento, incluindo mais de 3.250 bolsas escolares e doações de US\$1,3 milhão para apoiar projetos de proteção ambiental e programas de reciclagem.

Cada loja da rede no Brasil possui uma equipe comunitária. São pelo menos dois associados/funcionários sob a supervisão do diretor da unidade. Esse envolvimento é mais do que simplesmente contribuir de forma financeira ou material. O objetivo da empresa é interagir com a comunidade local atendendo, dentro das suas possibilidades, as necessidades da região nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e terceira idade.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 91/2001

prorrogar, a disposição do servidor deste Poder Legislativo, IVAN JOSÉ CORDEIRO, matrícula nº 40.652, para prestar serviços junto ao Centro de Transportes, do gabinete da subsecretária desse Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 9056/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.09.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral